

Universais e Particulares

João Branquinho

Universidade de Lisboa

Discutimos nesta monografia aspectos importantes do problema tradicional das categorias, o problema da identificação e caracterização dos tipos mais inclusivos e mais básicos nos quais todos os objectos se deixam dividir. Em particular, discutimos o ponto de vista conhecido como Realismo Metafísico, de acordo com o qual há duas categorias de objectos: universais e particulares. Examinamos a questão tradicional dos universais, o problema de determinar se algumas das propriedades que objectos familiares têm – por exemplo, cor, forma, peso, etc. – podem ser identificadas com universais, ou seja, entidades inteiramente presentes em cada um dos objectos que as exemplificam. Consideramos que os argumentos disponíveis a favor do Realismo Metafísico, tomados em conjunção com as objecções erguidas contra o ponto de vista rival, o Nominalismo, tornam aquele ponto de vista preferível a este.

1. *Concreta e Abstracta*

Começamos por introduzir algumas observações de carácter preliminar sobre uma outra distinção importante em metafísica, a distinção entre objectos concretos e objectos abstractos.

De acordo com uma respeitável tradição, tornou-se habitual distinguir em filosofia entre, de um lado, entidades concretas (*concreta*) como mesas e cadeiras, e, do outro lado, entidades abstractas (*abstracta*) como qualidades e números. Todavia, esta distinção, apesar de ser útil para certos propósitos, é frequentemente deixada num estado bastante impreciso. E talvez uma das consequências de tal situação seja a fusão incorrecta (veja-se abaixo) que é muitas vezes feita de abstracta com universais e de concreta com particulares, sendo desta maneira aquela classificação confundida com outra classificação com profundas raízes na tradição, a divisão entre universais e particulares (a qual vamos discutir mais adiante).

As duas classificações pertencem por excelência à província da metafísica; e, dada a importância que a disciplina tem readquirido na filosofia mais recente

(materializada em livros como Armstrong 1997), elas têm sido objecto de estudo intenso.

Tal como sucede relativamente a outras classificações, talvez a melhor maneira - muito provavelmente a única maneira - de introduzir os conceitos a distinguir consista simplesmente em listar um conjunto de ilustrações paradigmáticas daquilo que é por eles subsumido. Com efeito, é extremamente difícil proporcionar definições estritas para os termos «abstracto» e «concreto» aplicados a objectos, ou seja, conjuntos de condições separadamente necessárias e conjuntamente suficientes para um objecto dado ser um objecto abstracto ou um objecto concreto.

Exemplos tradicionalmente apresentados como típicos de (subcategorias de) objectos abstractos são os seguintes:

- a) propriedades ou atributos de particulares, como a Brancura e a Honestidade (e também propriedades de propriedades, como a propriedade de ser uma qualidade rara);
- b) relações entre particulares, como a Semelhança e a Amizade;
- c) proposições, como a proposição que os homens são todos iguais perante a lei, e estados de coisas (ou factos), como o estado de coisas (ou o facto) de Teeteto estar sentado;
- d) classes de particulares, como a classe dos políticos corruptos e a classe dos barbeiros que não fazem a barba a si próprios;
- e) números, como o número 7 e o número das luas de Marte;
- f) instantes e intervalos de tempo, como o momento presente e o mês de Setembro de 1997.

E exemplos tradicionalmente apresentados como típicos de (subcategorias de) objectos concretos são os seguintes:

- a) particulares espaço-temporais de dimensões variáveis, bem como as suas partes componentes (caso as tenham), como pedras, asteróides, planetas, galáxias, pessoas e outros animais, partículas atómicas, etc.;
- b) acontecimentos no sentido de acontecimentos-espécime, como o naufrágio do Titanic, a queda do Império Romano e a sessão de ontem da Assembleia Geral da ONU;
- c) lugares, como a cidade de Edimburgo, o meu quarto e o Ceará;

d) agregados mereológicos de objectos físicos, como a soma mereológica daquela mesa com este computador e o agregado mereológico de Platão e Teeteto;

e) segmentos temporais de particulares materiais, como estádios temporais de coelhos (e.g., os discutidos por Quine), de pessoas (e.g., o corte temporal na existência de Bill Clinton que corresponde ao período em que ele foi Presidente dos EUA), de estátuas (e.g., esta estátua de Golias desde que foi comprada até à altura em que foi roubada), etc;

f) tropos, ou seja, propriedades consideradas como indissociáveis dos particulares que as exemplificam, como por exemplo a honestidade de Sócrates, a brancura desta peça de roupa e a elegância da Claudia Schiffer.

A consideração da lista de exemplos supra introduzidos é por si só suficiente para bloquear qualquer assimilação da distinção concreto/abstracto à distinção particular/universal. De facto, basta reparar que objectos como classes ou proposições exemplificam a categoria de particulares abstractos (supondo que há objectos deste género). A correcção da assimilação em questão reflecte-se na ambiguidade com a qual são por vezes caracterizados certos pontos de vista em Ontologia, pontos de vista esses definidos pela rejeição, ou pela postulação, de determinadas categorias de objectos. Assim, por exemplo, o nominalismo tanto é caracterizado como consistindo na rejeição de *abstracta*, como sendo a doutrina de que apenas há objectos concretos, como é caracterizado como consistindo na rejeição de universais, como sendo a doutrina de que apenas há particulares. Analogamente, o ponto de vista rival do nominalismo, habitualmente designado como realismo, tanto é caracterizado como consistindo na admissão de *abstracta*, possivelmente ao lado de *concreta*, como é caracterizado como consistindo na admissão de universais, possivelmente ao lado de particulares. Por exemplo, em filosofia da matemática, o formalismo, que é para muitos a forma assumida pelo nominalismo na área, tanto é descrito como consistindo na rejeição de classes e outros objectos abstractos como consistindo na rejeição de universais (cf. Quine 1980, pp. 14-15). Naturalmente, tais caracterizações estão longe de ser equivalentes.

Como já foi dito, é difícil encontrar um princípio, ou um conjunto de princípios, que permitam discriminar rigorosamente entre as duas putativas grandes categorias de

entidades ou objectos. Todavia, os seguintes três parâmetros têm sido sugeridos, conjunta ou separadamente, como bases para a classificação.

I – Localização espacial

Objectos abstractos, ao contrário de objectos concretos, são aqueles objectos que não podem em princípio ocupar qualquer região no espaço; grosso modo, x é um objecto abstracto se, e só se, x não tem qualquer localização no espaço (presume-se que os predicados concreto e abstracto são predicados mutuamente exclusivos e conjuntamente exhaustivos de objectos). A proposição que Londres é maior que Lisboa não está ela própria em Londres, ou em Lisboa, ou em qualquer outro sítio; e o mesmo sucede com o atributo da Brancura e com a classe das cidades europeias, muito embora os exemplos daquele e os elementos desta possam ter uma localização espacial.

Associada a esta característica está a inacessibilidade de objectos abstractos à percepção sensível, mesmo quando esta é tomada como ampliada por meio do uso de certos dispositivos e aparelhos. Proposições (no sentido não linguístico do termo), atributos, ou classes, não se podem ver, ouvir, cheirar, sentir, ou saborear.

Um problema com o parâmetro I é o de que uma entidade como Deus, se existisse, não estaria no espaço; mas também não seria, por razões óbvias, um objecto abstracto. Esta objecção milita contra a suficiência do parâmetro I, não contra a sua necessidade.

II – Existência necessária

Objectos abstractos, ao contrário de objectos concretos, são aqueles objectos cuja existência é não contingente, ou seja, aqueles objectos que existem em todos os mundos possíveis, estados possíveis do mundo, ou maneiras como as coisas poderiam ter sido; grosso modo, x é um objecto abstracto se, e só se, x existe necessariamente. Em contraste com isto, a existência de objectos concretos ou particulares materiais é caracteristicamente contingente: eles poderiam sempre não ter existido caso as coisas fossem diferentes daquilo que de facto são. A proposição que Londres é maior que Lisboa, ao contrário daquilo que se passa com os objectos acerca dos quais a proposição é, viz. as cidades de Londres ou Lisboa, é um existente necessário; e o mesmo sucede com o atributo da Brancura e com a classe das cidades europeias, muito embora os exemplos daquele e os elementos desta gozem apenas de uma existência contingente.

Um problema com o parâmetro II é o de que, segundo certos pontos de vista acerca de proposições, há certas proposições cuja existência é contingente. A razão é basicamente a de que tal existência é vista como dependendo da existência dos particulares materiais acerca dos quais essas proposições são, e esta última existência é manifestamente contingente. Todavia, as proposições em questão não deixam por isso de ser *abstracta*. Assim, a adopção do parâmetro II teria o efeito imediato de excluir os pontos de vista sob consideração. Esta objecção milita contra a necessidade do parâmetro II, não contra a sua suficiência.

III – Interação causal

Objectos abstractos, ao contrário de objectos concretos, são aqueles objectos que não são capazes de figurar em cadeias causais, aqueles objectos que nem estão em posição de ter algo como causa nem estão em posição de ter algo como efeito; grosso modo, x é um objecto abstracto se, e só se, x não tem poderes causais. Em contraste com isto, objectos concretos ou particulares materiais são, por excelência, susceptíveis de interagir causalmente com outros objectos, igualmente concretos, de figurar em eventos que são causas ou efeitos de outros eventos.

Um problema com o parâmetro III é o de que determinados pontos de vista atribuem certos poderes causais, designadamente aqueles que são requeridos para efeitos de explicação científica, a objectos abstractos como propriedades. Esta objecção milita contra a necessidade do parâmetro III, não contra a sua suficiência.

2. Propriedades

Antes de examinarmos a distinção entre universais e particulares e discutirmos o problema associado dos universais, é conveniente introduzirmos com mais algum detalhe uma noção importante da metafísica e da teoria das categorias: a noção de propriedade ou atributo.

Em geral, uma propriedade é um atributo, um aspecto, uma característica, ou uma qualidade, que algo pode ter.

Propriedades são tradicionalmente descritas como constituindo uma categoria de entidades que se distingue de uma outra categoria ontológica, a categoria de *particulares* ou *indivíduos*. *Grosso modo*, a distinção proposta é a seguinte. Propriedades formam aquela categoria de entidades que se caracterizam por serem *predicáveis de*, ou *exemplificáveis por*, algo. Por exemplo, a propriedade de ser oval é

predicável de, ou exemplificável por, objectos ovais; e diz-se destes objectos que são exemplos ou espécimes da propriedade, a qual é por vezes vista como um *tipo* ou *universal*. Uma *predicação* consiste assim na atribuição de uma propriedade a um indivíduo; a predicação será verdadeira se o indivíduo exemplifica a propriedade e falsa se a não exemplifica. Por outro lado, os indivíduos formam aquela categoria de entidades que se caracterizam por serem sujeitos (potenciais) de predicções ou exemplos (potenciais) de propriedades, mas que não são por sua vez predicáveis de, ou exemplificáveis por, o que quer que seja. Por exemplo, a minha mão esquerda exemplifica certas propriedades, designadamente a propriedade de ter um número ímpar de dedos, e não exemplifica outras propriedades, designadamente a propriedade de ser solúvel; mas não é predicável do que quer que seja.

Naturalmente, esta descrição rude da divisão de entidades em particulares e propriedades não é de forma alguma inconsistente com a circunstância de muitas propriedades poderem por sua vez ser sujeitos de predicções e exemplificar outras propriedades. Por exemplo, (presumivelmente) a propriedade de ser um político honesto, da qual certas pessoas são exemplos, exemplifica igualmente a propriedade de ser (uma propriedade) rara. É usual chamar a propriedades deste género *propriedades de segunda ordem*; trata-se assim de propriedades que têm como exemplos propriedades predicáveis de indivíduos, sendo estas últimas propriedades por sua vez designadas como *propriedades de primeira ordem*. Em geral, e ignorando certas complicações, pode-se dizer que uma propriedade de ordem n é uma propriedade exemplificável apenas por propriedades de ordem $n - 1$ ou inferior, se $n \geq 2$, e por indivíduos, se $n = 1$. Isto dá-nos uma hierarquia de entidades na base da qual estão entidades de nível 0 (indivíduos), seguidas de entidades de nível 1 (propriedades de primeira ordem), seguidas de entidades de nível 2 (propriedades de segunda ordem), e assim por diante. A adopção de uma estratificação deste género constitui uma das maneiras de bloquear uma versão simples do Paradoxo de Russell aplicado a propriedades. Simplificadamente, o paradoxo é o seguinte. Por um lado, certas propriedades parecem ter a propriedade de não se exemplificarem a si mesmas; por exemplo, a propriedade de ser oval não se exemplifica a si mesma, isto é, não tem ela própria a propriedade de ser oval. Por outro lado, outras propriedades parecem ter a propriedade de se exemplificarem a si mesmas; por exemplo, a propriedade de ser abstracta exemplifica-se a si mesma, isto é, tem ela própria a propriedade de ser abstracta. Considere-se agora a propriedade de ser uma propriedade que não se exemplifica a si mesma. E perguntemo-

nos o seguinte. É esta propriedade uma propriedade que se exemplifica a si mesma? Se respondermos afirmativamente, concluímos que a propriedade em questão não se exemplifica a si mesma. Se respondermos negativamente, concluímos que a propriedade em questão se exemplifica a si mesma. Obtemos assim uma contradição formal: aquela propriedade exemplifica-se a si mesma e não se exemplifica a si mesma. Naturalmente, o paradoxo não é gerado se impusermos sobre propriedades a restrição acima introduzida de que uma propriedade só pode ser predicável de propriedades de ordem inferior.

Note-se ainda que é plausível introduzir propriedades (por exemplo, de primeira ordem) que, de acordo com a maneira como as coisas são, não têm quaisquer exemplos ou não são exemplificadas por qualquer objecto; um caso é dado na propriedade de ser uma pessoa com mais de oito metros de altura. E parece ser plausível introduzir mesmo propriedades que, necessariamente, não são exemplificadas por qualquer objecto; casos são dados na propriedade de ser uma pessoa mais baixa do que ela própria, cuja exemplificação por algo é metafisicamente impossível, e na propriedade de ser um habitante do sexo masculino do Cartaxo que barbeia todos aqueles, e só aqueles, habitantes do sexo masculino do Cartaxo que não se barbeiam a si próprios, cuja exemplificação por algo é logicamente impossível.

Em filosofia da linguagem e em semântica, propriedades são muitas vezes concebidas como *aquilo que é expresso* por predicados monádicos ou de grau 1; ou, noutra terminologia, como sendo o *significado* ou o *conteúdo semântico* atribuído a predicados monádicos. Diz-se, por exemplo, que o predicado «(é) oval» exprime a propriedade de ser oval, e que o predicado «(é um) admirador de Bob Dylan» exprime a propriedade de ser um admirador de Bob Dylan. Para aqueles propósitos, é ainda frequente relativizar propriedades a instantes de tempo de tal maneira que, por exemplo, é possível o mesmo objecto exemplificar numa dada ocasião a propriedade temporalmente indexada de ser oval em t e não exemplificar nessa ocasião a propriedade, distinta daquela se t e t' são tempos diferentes, de ser oval em t' . Naquela concepção de propriedades, estas são vistas como entidades *intensionais* no seguinte sentido. A propriedade de ser água e a propriedade de ter dois átomos de hidrógeno e um de oxigénio, por exemplo, são contadas como propriedades distintas, apesar de serem exemplificadas exactamente pelos mesmos objectos (líquidos) e de terem assim a mesma Extensão (ou determinarem o mesmo conjunto de objectos). Do ponto de vista semântico, predicados como «é água» e «é H_2O » não são considerados como

sinónimos, pois exprimem desse modo propriedades (intensões) distintas, muito embora tenham a mesma extensão (ou sejam co-extensionais). Do ponto de vista do aparato da semântica de mundos possíveis, é uma prática corrente identificar a propriedade expressa por um predicado monádico F (a intensão de F) com uma função cujos argumentos são um mundo possível m e um tempo t e cujo valor para esses argumentos é a classe de todos aqueles, e só daqueles, objectos existentes em m que satisfazem em m o predicado F em t (ou que exemplificam em m a propriedade de ser F em t); por exemplo, a propriedade expressa pelo predicado «(é) sábio» é vista como sendo aquela função que, dadas uma situação contrafactual e uma ocasião, determina a classe das pessoas existentes nessa situação que são aí sábias nessa ocasião (obviamente, a classe determinada poderá variar de mundo para mundo ou de ocasião para ocasião).

Todavia, convém referir que uma tal construção de propriedades como entidades intensionais não é de modo algum consensual; alguns filósofos adoptam um ponto de vista puramente extensional no qual propriedades são antes vistas como aquilo que é *referido* ou *designado* por predicados monádicos e no qual, por exemplo, as propriedades de ser água e ter dois átomos de hidrogénio e um de oxigénio são contadas como uma única propriedade (os predicados «é água» e «é H_2O » podem no entanto estar associados a *conceitos* diferentes, ou representações mentais diferentes, dessa propriedade).

Para além de poderem ser caracterizadas como aquilo que é expresso por predicados monádicos, propriedades podem também ser caracterizadas como aquilo que é designado ou referido por certas nominalizações ou termos singulares de um certo tipo. Trata-se de termos complexos que resultam da aplicação a predicados monádicos, ou a frases abertas com uma variável livre, de um Operador de Abstracção de propriedades (o símbolo λ tem sido usado para o efeito); este operador liga a variável livre e produz designadores das propriedades expressas pelos predicados monádicos (ou frases abertas) em questão. Por exemplo, dado o predicado ou frase aberta « x é oval», a prefixação do operador de abstracção λ gera o termo singular « λx (x é oval)», o qual se lê simplesmente «A propriedade de ser oval»; e, dado o predicado « x é sábio», a aplicação daquele operador gera o termo « λx (x é sábio)», o qual se lê «A propriedade de ser sábio» ou (se quisermos) «a sabedoria». Uma predicacção – isto é, uma atribuição a um indivíduo, por exemplo, Sócrates, de uma propriedade, por exemplo, a sabedoria – pode ser então representada por meio de uma fórmula do género

$E(\text{Sócrates}, \lambda x (x \text{ é sábio}))$

(em que E é a relação de exemplificação); obviamente, tem-se o seguinte:

$E(\text{Sócrates}, \lambda x (x \text{ é sábio}))$

se, e só se, Sócrates é sábio.

Supondo que predicados como «(é um) ser humano» e «(é um) bípede sem penas» exprimem diferentes propriedades (intensionalmente concebidas), os termos singulares « $\lambda x (x \text{ é um ser humano})$ » e « $\lambda x (x \text{ é um bípede sem penas})$ » não serão co-referenciais e designarão propriedades co-exemplificáveis mas distintas (nomeadamente, e por hipótese, aquelas que são expressas por aqueles predicados).

A noção geral de uma propriedade é invocada em certas formulações correntes de dois princípios tradicionais acerca da identidade de objectos. Um deles, conhecido por *princípio da Indiscernibilidade de Idênticos*,¹ estabelece que uma condição necessária para objectos serem idênticos é eles exemplificarem exactamente as mesmas propriedades; em símbolos, tem-se

$$\forall \Phi \forall x \forall y (x = y \rightarrow \Phi x \leftrightarrow \Phi y)$$

(em que x, y são variáveis objectuais e Φ toma valores num domínio de propriedades).

O outro, conhecido por *princípio da identidade de indiscerníveis*, estabelece que aquela condição é suficiente para a identidade de objectos; em símbolos, tem-se a fórmula conversa daquela:

$$\forall \Phi \forall x \forall y (\Phi x \leftrightarrow \Phi y \rightarrow x = y)$$

O estatuto destes princípios é dissemelhante. A indiscernibilidade de idênticos é normalmente considerada como uma verdade lógica; e alegados contra-exemplos têm sido afastados como inadequados. Mas a identidade de indiscerníveis só pode ser considerada uma verdade lógica se, contrariamente àquilo que foi explicitamente assumido por alguns dos seus defensores (por exemplo, aparentemente, Leibniz), nenhuma restrição for imposta sobre as propriedades em que a variável Φ é suposta tomar valores; em particular, se os valores da variável forem limitados a propriedades puramente *qualitativas e/ou não relacionais* de objectos (ver abaixo), o princípio não será uma verdade lógica (na melhor das hipóteses, trata-se de uma verdade contingente). Que o princípio irrestrito é uma verdade lógica é simples de estabelecer. Assuma-se Φx

¹Este princípio é atribuível a Leibniz

$\leftrightarrow \Phi y$. Substituindo Φz por $x = z$, obtém-se $x = x \leftrightarrow x = y$; e, como se tem $x = x$ pela reflexividade da identidade, deduz-se $x = y$.

Para além da classificação acima mencionada de propriedades quanto à ordem, existem diversas outras maneiras de agrupar propriedades (muito embora algumas das noções propostas sejam notoriamente difíceis de definir ou de caracterizar de modo completamente preciso).

Em primeiro lugar, é habitual distinguir entre propriedades (*logicamente*) *simples* e propriedades (*logicamente*) *complexas*. No mínimo, uma propriedade logicamente complexa é uma propriedade que pode ser obtida a partir de propriedades dadas por meio de dispositivos lógicos familiares; por outras palavras, trata-se de uma propriedade em cuja especificação figura (de modo explícito ou implícito) pelo menos uma ocorrência de um operador sobre frases (abertas ou fechadas), por exemplo, uma conectiva proposicional ou um quantificador. Caso contrário, a propriedade será logicamente simples. Assim, exemplos de propriedades logicamente complexas são as seguintes: a propriedade de ser um político honesto (a qual é representável por λx (Político $x \wedge$ Honesto x)), a propriedade de ser sábio se Sócrates o for (λx (Sábio Sócrates \rightarrow Sábio x)), a propriedade de ser Sócrates ou Aristóteles (λx ($x =$ Sócrates $\vee x =$ Aristóteles)), a propriedade de não ser sábio a menos que $2 + 2 = 5$ (λx (\neg Sábio $x \vee 2 + 2 = 5$)), a propriedade de ser casado (λx ($\exists y$ Casado x, y)), e a propriedade de admirar todos os políticos honestos (λx ($\forall y$ (Político $y \wedge$ Honesto $y \rightarrow$ Admirar x, y))). E as propriedades de ser oval, ser mais sábio que Sócrates (λx (Mais Sábio $x, \text{Sócrates}$)), e ser uma boa atriz (λx (Boa Atriz x)) são exemplos (o último dos quais menos óbvio) de propriedades logicamente simples.

Diversos critérios de identidade para propriedades têm sido propostos. Uma sugestão habitualmente feita é a seguinte (relativamente a propriedades de primeira ordem). Propriedades são idênticas se, e só se, são necessariamente co-exemplificáveis, isto é, são exemplificadas exactamente pelos mesmos objectos em qualquer mundo possível; em símbolos, tem-se

$$\Phi = \Psi \leftrightarrow \text{NEC} : \forall x (\Phi x \leftrightarrow \Psi x)$$

À luz deste critério, as propriedades de ser solteiro e de ser uma pessoa do sexo masculino não casada serão obviamente idênticas; e o mesmo se pode plausivelmente

dizer das propriedades de ser água e ser H_2O e das propriedades de ser Túlio e ser Cícero. Todavia, alega-se muitas vezes que um princípio daquele género não discrimina onde deveria discriminar. Por exemplo, o critério torna idênticas *todas* as propriedades cuja exemplificação é metafísica ou logicamente impossível (o que é o mesmo que dizer que só há uma dessas propriedades), e torna também idênticas *todas* as propriedades cuja exemplificação é metafísica ou logicamente necessária; para além disso, o critério não permite distinguir entre propriedades como as de ser sábio e ser sábio a menos que $2 + 2 = 5$ (estas são necessariamente co-exemplificáveis). Para evitar tais dificuldades, defende-se por vezes a ideia de que o critério é apenas aplicável a propriedades logicamente simples (ou a propriedades puramente qualitativas, ou a propriedades não relacionais, ou a ambas).

Em segundo lugar, existe também uma distinção intuitiva entre propriedades puramente *qualitativas* (ou *gerais*) e propriedades *não-qualitativas*, e uma distinção intuitiva entre propriedades *relacionais* e propriedades *não relacionais* (por vezes, os termos *extrínsecas* e *intrínsecas* são usados para o mesmo efeito). *Grosso modo*, uma propriedade qualitativa de um objecto é uma propriedade em cuja especificação não é feita qualquer referência a um indivíduo ou objecto particular (por exemplo, através do uso de um nome próprio ou de outro tipo de designador). Assim, a propriedade de ser sábio, a propriedade de estar à beira de um ataque de nervos, e a propriedade de ser um filósofo português gago e mais presunçoso do que todos os outros são propriedades puramente qualitativas (de pessoas que as exemplifiquem); e a propriedade de ser Cícero, a propriedade de ter atravessado o Guadiana numa noite escura, e a propriedade de admirar alguns físicos que admirem Feynman e detestem Gellmann são propriedades não-qualitativas (de pessoas que as exemplifiquem). Por outro lado, uma propriedade relacional de um objecto é uma propriedade em cuja especificação é feita uma menção a uma certa relação entre objectos (por exemplo, através do uso de um predicado diádico). Assim, a propriedade de ser casado, a propriedade de estar sentado entre Clinton e Bush, e a propriedade de ser o mais presunçoso filósofo português são propriedades relacionais (de pessoas que as exemplifiquem); enquanto que a propriedade de ser um filósofo gago presunçoso será uma propriedade não relacional (de uma pessoa, se existe, que a exemplifique). Naturalmente, dado estas caracterizações das noções, existirão

propriedades que são simultaneamente qualitativas e relacionais, como por exemplo a propriedade de ser idolatrado ou a propriedade de ser dono de um cão rafeiro.²

Alguns filósofos defendem (e outros rejeitam) uma classificação das propriedades exemplificadas por um objecto (ou por objectos de certas categorias) em, de um lado, propriedades *essenciais* do objecto, e, do outro, propriedades *acidentais* do objecto. A ideia é a seguinte.³ Uma propriedade Φ de um objecto x é uma propriedade essencial de x se, e só se, x exemplifica Φ em qualquer mundo possível (ou situação contrafactual) no qual x exista; intuitivamente, trata-se não apenas de uma propriedade que o objecto de facto tem, mas de uma propriedade tal que se o objecto não a exemplificasse deixaria simplesmente de existir. Em símbolos, Φ é uma propriedade essencial de x no caso de a seguinte condição modal se verificar

$$\Box (Ex \rightarrow \Phi x)$$

(em que Ex se lê « x existe»). Por outro lado, uma propriedade Φ de um objecto x é uma propriedade acidental de x se, e só se, x não exemplifica Φ em pelo menos um mundo possível (ou situação contrafactual) no qual x exista; intuitivamente, trata-se de uma propriedade que o objecto de facto tem, mas que poderia não ter tido e continuar a existir. Em símbolos, Φ é uma propriedade acidental de x no caso de a seguinte condição se verificar

$$\Diamond (Ex \wedge \neg \Phi x)$$

Assim, por exemplo, as seguintes propriedades de Sócrates poderiam ser vistas como propriedades essenciais de Sócrates: a propriedade de ser *este* indivíduo (Sócrates) ($\lambda x (x = \text{Sócrates})$), a propriedade de ser uma pessoa ($\lambda x (\text{Pessoa } x)$), a propriedade de não ser Aristóteles ($\lambda x (\neg x = \text{Aristóteles})$), a propriedade de ser idêntico a si mesmo ($\lambda x (x = x)$), e a propriedade de ter um certo par de pessoas particulares a e b como progenitores ($\lambda x (\text{Prog } a, x \wedge \text{Prog } b, x)$). Destas propriedades essenciais de Sócrates, a primeira (tradicionalmente conhecida como a *haecceitas* de Sócrates) é também uma *essência individual* de Sócrates (isto é, uma propriedade que só Sócrates exemplifica em qualquer mundo possível em que exista); a segunda, a terceira, e a quinta são propriedades essenciais que Sócrates partilha com outros membros da espécie humana (no primeiro caso com todos, no segundo com todos menos Aristóteles,

² Por vezes, aquilo que se tem em mente quando se fala de uma propriedade *intrínseca* de um objecto é uma propriedade qualitativa e não relacional desse objecto.

e no terceiro apenas com os seus irmãos e irmãs caso existam); por último, a quarta é uma propriedade essencial que Sócrates partilha com *qualquer objecto* (de qualquer categoria). Por outro lado, as seguintes propriedades de Sócrates poderiam ser vistas como propriedades acidentais de Sócrates: a propriedade de ser um filósofo, a propriedade de ter bebido a cicuta, e a propriedade de ser casado com Xantipa. Note-se que, dada uma tal caracterização das noções, as propriedades essenciais de um objecto não coincidem necessariamente com as suas propriedades intrínsecas (não relacionais e/ou puramente qualitativas); com efeito, a propriedade acima mencionada de ter as pessoas *a* e *b* como progenitores é (argumentavelmente) uma propriedade essencial de Sócrates, apesar de se tratar de uma propriedade extrínseca, relacional e não-qualitativa, de Sócrates.

Finalmente, a bibliografia filosófica recente contém diversas referências a propriedades de certo modo artificiais conhecidas como *propriedades Cambridge*. A ideia é basicamente a seguinte. A exemplificação por um objecto numa ocasião de uma propriedade que o objecto não exemplificava anteriormente envolve normalmente uma certa mudança ou modificação no objecto em questão. Por exemplo, ao tomar posse e passar assim a exemplificar a propriedade de ser Presidente da República Portuguesa, uma mudança certamente ocorre no indivíduo Jorge Sampaio. No entanto, tal nem sempre é o caso. Na ocasião em que Sampaio passar a exemplificar aquela propriedade, *eu* passo também a ter uma propriedade que anteriormente não tinha, designadamente a propriedade de ser tal que Sampaio é Presidente da República Portuguesa. Esta propriedade é um exemplo de uma propriedade *Cambridge* que eu exemplifico naquela ocasião (embora não seja uma propriedade *Cambridge* de Sampaio). Trata-se assim de propriedades de algum modo não-genuínas de um objecto, que não envolvem qualquer mudança no objecto (apesar de poderem envolver mudanças *noutro* objecto).

É ainda conveniente observar que o termo **Atributo** é às vezes utilizado como termo genérico que cobre quer *propriedades* (no sentido anteriormente introduzido) quer ainda *Relações*. Assim, um atributo é frequentemente caracterizado como aquilo que é expresso (ou, em certos pontos de vista, referido) por um predicado com qualquer número de argumentos ou *n*-ádico (com $n \geq 1$). Deste modo, a predicado monádicos (por exemplo, «(é) oval») estão associados *atributos monádicos* ou *propriedades* (por exemplo, o atributo monádico, ou a propriedade, de ser oval); a predicados diádicos (por exemplo, «admira») estão associados *atributos diádicos* ou *relações binárias* (por exemplo, o atributo diádico, ou a relação binária, de admirar), as quais são

exemplificáveis por pares ordenados de objectos; a predicados triádicos (por exemplo, «... estar a leste de... e a norte de...») estão associados *atributos triádicos* ou *relações ternárias*, as quais são exemplificáveis por triplos ordenados de objectos; e assim por diante.

3. Nominalismo *versus* Realismo

Uma distinção filosófica tradicional, a qual tem em traços gerais persistido ao longo da moderna bibliografia metafísica e lógico-filosófica, é aquela que divide a totalidade das entidades ou dos objectos em duas grandes categorias mutuamente exclusivas e conjuntamente exaustivas: *universais*, objectos que são em essência *repetíveis*, exemplificáveis, ou predicáveis de algo; e *particulares*, objectos que em essência não são repetíveis, exemplificáveis, ou predicáveis do que quer que seja. Objectos abstractos como propriedades e atributos, por exemplo a propriedade de *ser sábio* e o atributo da Brancura, são ilustrações paradigmáticas de universais; e objectos concretos como o meu relógio e Bill Clinton são exemplos paradigmáticos de particulares.

A aceitação ou rejeição da distinção tem sido útil para a caracterização de alguns dos pontos de vista mais familiares disponíveis em ontologia. Assim, o nominalismo é muitas vezes caracterizado como a doutrina segundo a qual não há universais, a doutrina segundo a qual, numa ontologia razoável, todos os objectos são necessariamente particulares; ou, numa versão mais forte, a doutrina segundo a qual só há particulares *concretos*, objectos de algum modo localizáveis no espaço-tempo. O nominalismo tem também sido ocasionalmente descrito como a doutrina de que não há objectos abstractos, a doutrina de que, numa ontologia razoável, todos os objectos são necessariamente *concreta*. Todavia, as duas caracterizações não são de todo equivalentes. Basta observar que há posições classificáveis como nominalistas que no entanto admitem objectos abstractos, e.g., números e classes. A primeira caracterização é assim de longe preferível. O realismo, pelo menos enquanto posição metafísica e não epistemológica, é muitas vezes caracterizado como a doutrina de que há universais, a doutrina de que, numa ontologia razoável, pelo menos alguns objectos são necessariamente universais; ou, numa versão mais forte, a doutrina – para a qual talvez seja mais apropriada a designação *platonismo* – de que tudo o que há são universais.⁴

⁴ Note-se que esta doutrina pode assumir a forma particular de uma análise de particulares em termos de feixes de propriedades.

A distinção é muitas vezes introduzida em termos parcialmente linguísticos, sendo a admissão de universais motivada com base em determinados argumentos de carácter semântico. Em geral, trata-se de argumentos que visam estabelecer a indispensabilidade de certas categorias de objectos exibindo o seu estatuto de correlatos semânticos de certas categorias de expressões linguísticas. Assim, *grosso modo*, particulares têm sido descritos como sendo as contrapartes extra-linguísticas ou os valores semânticos de expressões referenciais e de termos singulares concretos: objectos do género daqueles que são nomeados (em contextos dados) por expressões como «O meu relógio», «Esta casa», «Teeteto», «O rio Tejo», etc. E universais têm sido notoriamente descritos como sendo as contrapartes extra-linguísticas ou os valores semânticos de termos gerais – ou, mais em geral, de predicados – e de certos substantivos abstractos: objectos do género daqueles que são aparentemente designados (em contextos dados) por expressões como «Homem», «Branco», «Mais pequeno do que», «Humildade», «Sabedoria», etc. Dada uma frase simples como «Teeteto é humilde», a ideia é a de que, tal como é necessário para fins semânticos reconhecer algo que o sujeito da frase – a palavra «Teeteto» – designa, viz., a pessoa Teeteto em carne e osso, é também necessário reconhecer algo que o predicado da frase – a expressão «é humilde» – designa, viz., a Humildade ou a propriedade de *ser humilde* (só que aqui perde-se a inocência, pois não se tem nada de carne e osso). Exemplos típicos de universais enquanto valores semânticos de predicados são, por conseguinte, os seguintes:

- (a) *atributos*, os valores semânticos dos sujeitos de frases como «A sabedoria é uma virtude» e «A honradez é rara»;
- (b) *propriedades*, os valores semânticos dos predicados monádicos que ocorrem em frases simples; e
- (c) *relações*, os valores semânticos dos predicados diádicos em frases como «Sócrates ama Teeteto», dos predicados triádicos em frases como «Coimbra está entre Lisboa e Aveiro», etc.

Um postular de universais é julgado necessário com base na ideia de que uma especificação correcta das condições de verdade de uma predicação monádica como «Teeteto é humilde», por exemplo, envolve uma referência aos dois géneros de objectos (particulares e também universais), bem como a uma relação especial que se verifica ou não entre eles, a relação de exemplificação ou predicação. Assim, diz-se que aquela frase é verdadeira se, e só se, o particular Teeteto exemplifica a propriedade de *ser*

humilde ou o universal monádico Humildade (se, e só se, essa propriedade ou universal monádico é predicável de Teeteto). E a mesma estratégia é generalizável a predicções de aridade arbitrária. Diz-se, por exemplo, que uma frase como «Brutus detesta César» é verdadeira se, e só se, o par ordenado de particulares <Brutus, César> exemplifica a relação binária, ou o universal diádico, *Detestar* (se, e só se, essa relação ou universal diádico é predicável desses dois particulares tomados nessa ordem).

Todavia, é hoje cada vez mais consensual, entre os actuais defensores dos universais, a ideia de que a distinção linguística é insuficiente ou mesmo deficiente; e que os argumentos de natureza semântica são em geral inconclusivos. Em particular, a crítica de Quine a argumentos com esse género de inspiração foi levada a sério e tornou-se extremamente influente, acabando por ter a vantagem de obrigar os realistas contemporâneos a uma maior sofisticação das suas posições. Objecta-se que os argumentos semânticos, pelo menos nas suas formulações mais correntes, dependem crucialmente de uma premissa muito pouco credível, em virtude de estar fundada numa analogia claramente ilegítima. Essa premissa é a tese de que predicados e termos gerais funcionam na linguagem exactamente como nomes próprios e outros termos singulares; presume-se incorrectamente que ambos designam ou nomeiam determinados objectos, que a função de nomeação é comum a ambas as categorias de expressão. Note-se, todavia, que este tipo de crítica é ineficaz contra argumentos semânticos centrados no comportamento de certos termos singulares abstractos ao ocorrerem como *sujeitos* de predicções monádicas de ordem superior, como é por exemplo o caso da frase ‘A honestidade é rara’. A réplica nominalista habitual consiste numa tentativa de parafrasear essas frases em frases nas quais já não há qualquer referência nominal a alegados universais. Mas, se a estratégia da paráfrase parece funcionar em relação a casos como «A honestidade é uma virtude», já não é claro que ela funcione em relação a casos como «A honestidade é rara».

Por outro lado, aquela objecção aos argumentos semânticos é por vezes complementada com a observação de que a maneira atrás adoptada de especificar condições de verdade, utilizando o idioma de propriedades e relações, está longe de ser mandatória e é perfeitamente evitável; por conseguinte, a argumentação a ela associada resulta ser extremamente frágil. Com efeito, um nominalista em termos de classes, como é por exemplo o caso de David Lewis, pode sempre substituir satisfatoriamente uma aparente referência a universais, por parte dos predicados de predicções

monádicas, por uma referência a classes; e estas são objectos *particulares*, embora abstractos. De facto, o seguinte tipo de especificação de condições de verdade é igualmente satisfatório: uma frase como «Teeteto é humilde» é verdadeira se, e só se, o particular Teeteto pertence à *classe* das pessoas humildes. E mesmo as predicções de ordem superior podem ser do mesmo modo vistas como envolvendo uma referência apenas a classes, e não a universais; pode-se sempre dizer, por exemplo, que uma frase como «A honestidade é rara» é verdadeira se, e só se, a classe nomeada pelo sujeito, viz., a classe das pessoas humildes, pertence à classe associada ao predicado, viz., a classe de todas as classes que têm muito poucos elementos. Alternativamente, um nominalista em termos de classes poderia mesmo aceitar a especificação anterior de condições de verdade em termos de propriedades mas insistir que propriedades se deixam afinal reduzir a classes de objectos, actuais ou meramente possíveis; na metafísica de Lewis, por exemplo, a propriedade de *ser sábio* é identificada com um particular abstracto: a classe das pessoas sábias, a qual inclui no entanto quer pessoas actuais quer pessoas meramente possíveis, quer Sócrates quer uma sua contraparte num certo mundo possível não-actual.

A moral da história é a de que, face à vulnerabilidade dos argumentos semânticos, muitos realistas actuais preferem proceder a uma caracterização substantiva e essencialmente não-linguística dos universais, acabando por rejeitar a tese de que todo o predicado ou termo geral tem necessariamente um certo universal como seu valor semântico ou correlato ontológico. Por exemplo, predicados como «é alto ou $2 + 2 = 4$ », «frágil», «auto-idêntico», «unicórnio», «quadrado redondo», etc., não são vistos em algumas posições modernas como estando associados a quaisquer universais (por razões diferentes em cada caso). Há quem queira distinguir entre propriedades (num sentido lato que inclui qualidades, atributos, relações, etc.) e universais, e defender a ideia de que, apesar de todos os universais serem propriedades, há bastantes propriedades que não são universais. Do ponto de vista do chamado realismo científico subscrito por David Armstrong e outros, apenas aquelas propriedades que sejam causalmente eficazes, no sentido de figurarem em generalizações típicas da ciência, têm o estatuto de universais. é assim possível excluir do domínio dos universais propriedades não-atômicas como a propriedade disjuntiva associada ao primeiro dos predicados acima, propriedades disposicionais como a propriedade associada ao segundo predicado, e propriedades meramente formais como a propriedade associada ao terceiro predicado; e

é possível incluir nesse domínio propriedades como a propriedade de ter uma certa estrutura molecular, ter uma certa forma, ter uma certa massa, etc.

Para além deste género de motivação para a introdução de universais, a qual consiste em geral na sua indispensabilidade para fins de explicação científica, uma outra linha de argumentação independente tem sido frequentemente utilizada para o mesmo efeito. Trata-se do argumento, certamente dotado de uma longa história na tradição filosófica, conhecido como o *argumento do um-em-muitos*. De uma forma simplificada, trata-se do argumento segundo o qual os universais, enquanto entidades essencialmente repetíveis ou predicáveis de um grande número de particulares, são indispensáveis para explicar as semelhanças ou identidades qualitativas que se estabelecem entre particulares numericamente distintos. A semelhança entre particulares numericamente distintos, por exemplo a forte similaridade entre dois objectos físicos que são réplicas exactas um do outro (e.g., duas fotocópias da mesma página), consiste na *coincidência* de propriedades; ou seja, no facto de esses particulares exemplificarem as mesmas – no sentido de *numericamente as mesmas* – propriedades (obviamente, sob pena de uma regressão *ad infinitum*, não se poderia aqui invocar como explicação a mera semelhança entre propriedades!). Alega-se assim que *Um* e o mesmo universal, e.g., o universal Humildade (supondo que se trata de um universal), está presente em *Muitos* particulares, e.g., Sócrates, Teeteto, Cálias, etc., no sentido de todos estes particulares o exemplificarem; e é este género de facto que permite explicar de forma satisfatória as relações de semelhança verificadas entre particulares. Naturalmente, esta linha de argumentação a favor dos universais pode ser, e tem sido, consistentemente combinada com argumentos do primeiro tipo, argumentos centrados na aparente indispensabilidade dos universais para fins de explicação científica.

Finalmente, é conveniente fazer uma referência a duas concepções distintas acerca da natureza dos universais que ocorrem com alguma frequência na bibliografia mais recente. De um lado, há a doutrina segundo a qual os universais são essencialmente *ante rem*, ou seja, objectos completamente auto-subsistentes, cuja natureza e existência são independentes da circunstância de serem exemplificáveis por particulares; esta posição tem sido descrita como concepção *platonista* dos universais. Do outro lado, há a doutrina segundo a qual os universais são essencialmente *in rebus*, objectos cuja natureza e existência são dependentes da circunstância de serem exemplificáveis por particulares; esta posição, a doutrina de que (num certo sentido) os universais apenas

existem *nos* particulares, tem sido descrita como concepção aristotélica dos universais. Do ponto de vista aristotélico, não há universais que não sejam exemplificáveis, como as propriedades de ser um unicórnio e ser um quadrado redondo; do ponto de vista platonista, há tais universais. Do ponto de vista platonista, os universais são existentes necessários, objectos que existem em todos os mundos possíveis; do ponto de vista aristotélico, os universais são existentes contingentes, apenas existem naqueles mundos nos quais são predicáveis de algo. Naturalmente, o ponto de vista aristotélico é em geral adoptado pelos proponentes do realismo científico e de posições afins acerca da natureza dos universais.

4. Semelhança e Predicação

Nominalismo e realismo metafísico são adequadamente descritos como teorias metafísicas que visam explicar os seguintes dois géneros de fenómenos importantes: (a) a semelhança ou recorrência qualitativa existente no mundo, ou seja, o facto de inúmeros objectos numericamente distintos, por exemplos todas as mesas vermelhas, terem certas características em comum, por exemplo a cor ou a forma; (b) a predicação, o facto de um objecto dado, por exemplo uma mesa específica, possuir uma certa característica, por exemplo a de ser vermelha.

Tais teorias, ou famílias de teorias, são mutuamente inconsistentes, ou seja, não podem ser ambas verdadeiras, e parecem esgotar o domínio de posições, ou famílias de posições, possíveis acerca daqueles dois fenómenos. De notar ainda que, embora habituais há centenas de anos, as designações usadas para tais teorias são manifestamente infelizes. Com efeito, o nominalismo seria mais apropriadamente chamado ‘particularismo’ ou ‘singularismo’; e o realismo metafísico seria mais apropriadamente chamado ‘universalismo’.

Queremos nesta secção caracterizar com mais alguma profundidade os dois pontos de vista, sobretudo tomando-os como teorias explicativas dos fenómenos da semelhança e da predicação.

Começamos por identificar as teses distintivas do realismo metafísico e do nominalismo a esse respeito.

As teses distintivas do Realismo

Podemos descrever o realismo metafísico como sendo aquele ponto de vista que é caracterizado pela adopção das seguintes três teses metafísicas, teses acerca de que género de objectos há e qual a sua função (as teses não são mutuamente independentes).

Tese 1. Há objectos universais, ou seja, objectos idênticos ao longo de possivelmente muitos objectos distintos uns dos outros.

Exemplos de objectos desse género poderiam ser a brancura de todas as inúmeras coisas brancas e a humildade de todas as inúmeras pessoas humildes. (Note-se que estas propriedades são aqui mencionadas apenas a título de ilustração, pois há formas particulares de realismo nas quais elas não seriam vistas como universais.)

Tese 2. Algumas propriedades de objectos (possivelmente todas as propriedades de objectos) são propriedades universais.

A Brancura e a Humildade poderiam estar entre essas propriedades universais de objectos, no caso qualidades universais de particulares concretos. Mas os objectos em questão poderiam ser eles próprios propriedades, caso em que poderíamos ter entre as propriedades universais os chamados universais de **ordem superior**, por exemplo Cor, Forma, etc. (por oposição a Vermelho, Triangular, etc., os quais seriam universais de primeira ordem).

Tese 3. Propriedades universais são indispensáveis para explicar a semelhança, ou pelo menos algumas semelhanças objectivas entre as coisas, e a predicação (isto é, a aplicação de atributos a objectos), ou pelo menos algumas predicções.

A qualidade universal da Humildade poderia ser tomada como indispensável para explicar porque é que as pessoas humildes são semelhantes entre si no que respeita à humildade, ou seja, porque é que os humildes são humildes. E essa qualidade universal poderia igualmente ser tomada como indispensável para explicar em que é que consiste a atribuição a uma pessoa particular, por exemplo Sócrates, da propriedade de ser humilde.

As teses distintivas do Nominalismo

Podemos descrever o nominalismo como sendo aquele ponto de vista que é caracterizado pela adopção das seguintes três teses metafísicas, teses acerca de que género de objectos há e qual a sua função.

Tese 1. Não há objectos universais. Só há objectos particulares, objectos irrepetíveis e impredicáveis.

Há apenas cada uma das inúmeras coisas brancas e cada uma das muitas pessoas humildes, ou então cada uma das muitas brancuras em questão e cada uma das muitas humildades em questão (tropos); não há, para além disso e “em cima” disso, algo recorrente ao longo dessas coisas, algo como a Brancura ou a Humildade.

Tese 2. Nenhuma propriedade é uma propriedade universal.

Propriedades ou atributos de objectos podem ser tolerados numa ontologia nominalista; mas ou não têm qualquer substância ontológica, tratando-se de meras maneiras de falar convenientes, ou então são na realidade objectos particulares, únicos e irrepetíveis (por exemplo particulares concretos como tropos, segundo o Nominalismo de Tropos, ou particulares abstractos como classes, segundo o Nominalismo de Classes).

Tese 3. Universais não são necessários para explicar as semelhanças objectivas entre as coisas e a predicação. Objectos particulares, em especial particulares concretos e/ou os seus tropos, são suficientes para o efeito.

Não é preciso invocar algo como a qualidade universal da Brancura para explicar porque é que as coisas brancas são brancas. A simples admissão dos particulares em questão, das coisas brancas que há por aí, e/ou dos diversos tropos específicos de brancura neles presentes, é suficiente para esse propósito. Não é preciso invocar algo como a qualidade universal da Brancura para explicar porque é que uma certa coisa particular é branca. A simples admissão do particular em questão, e/ou do tropo específico de brancura nele presente, é suficiente para esse propósito. Podemos-nos assim contentar com coisas familiares, coisas que povoam o nosso quotidiano e que se podem ver ou sentir, sem precisarmos de recorrer a coisas bizarras como qualidades universais, coisas que aparentemente não se podem ver ou sentir. (Na “pior” das hipóteses, podemos ser obrigado a admitir objectos abstractos como classes de particulares concretos, como sucede na forma de nominalismo conhecido como Nominalismo de Classes; mas tais objectos são ainda particulares, não universais.)

A explicação realista da predicação e da semelhança

Para obtermos uma compreensão mais fina dos contornos da posição realista, convém dizermos mais alguma coisa sobre a natureza dos objectos universais nela postulados, o

que é que eles seriam se existissem. Por uma questão de simplicidade, consideramos apenas propriedades de primeira ordem, aquelas que só são predicáveis de particulares, propriedades como a Brancura e a Humildade.

Podemos dizer que uma propriedade ou qualidade de particulares é uma propriedade ou qualidade *universal* se satisfaz a seguinte condição:

Quando se diz de particulares distintos que têm *a mesma* propriedade, a identidade em questão é a identidade **numérica** ou **estrita** (ver a secção 1 deste ensaio), ou seja, **uma só** coisa, uma única propriedade, é atribuída a todos esses particulares

Assim, quando dizemos que estas duas pessoas humildes, Sócrates e Teeteto, são do mesmo género, têm uma característica em comum, partilham a mesma qualidade, devemos ser entendidos literalmente no sentido de estarmos a dizer o seguinte: Sócrates e Teeteto são casos ou exemplos distintos de **um único universal**, a Humildade. Do mesmo modo, estes dois cavalos são do *mesmo* tipo, têm a *mesma* propriedade, no sentido literal do termo: são casos ou exemplos de um único universal, a “Cavalidade”, ou melhor, a espécie *Equus Cabalus* (supondo, à boa maneira aristotélica, que espécies animais são universais).

Dadas estas considerações acerca daquilo que faz com que uma propriedade de particulares possa ser tomada como uma propriedade universal desses particulares, vejamos agora como é que o fenómeno da predicação, a circunstância de um particular possuir uma propriedade, deve ser explicada do ponto de vista do realismo metafísico. Basicamente, o realista metafísico propõe o seguinte esquema de análise para a predicação, para qualquer predicação:⁵

(P) Um particular x tem a propriedade de ser um F , ou seja, um F é o que é, um F , em virtude de x estar numa certa relação, a relação primitiva que os realistas designam por *exemplificação*, com uma certa propriedade universal, o universal F . Ou seja, x tem a propriedade de ser um F porque x exemplifica o, ou é um exemplo do, universal F .

Assim, esta rosa tem a propriedade de ser vermelha em virtude de exemplificar o, ou ser um exemplo do, universal Vermelho; e desta propriedade universal diz-se que tem a rosa em questão como exemplo. Por conseguinte, do ponto de vista realista, predicações são factos a analisar, são factos cuja verificação se deve à verificação de factos mais básicos; estes factos mais básicos consistem invariavelmente em exemplificações de

⁵ Veja-se a este respeito a excelente exposição em Loux 1998.

universais. Assim, a teoria realista emprega dois conceitos primitivos centrais: o conceito de **universal** e o conceito (relacional) de **exemplificação**.

E como é que a semelhança ou a recorrência qualitativa no mundo, a circunstância de certas características serem partilhadas por inúmeros particulares numericamente distintos uns dos outros, é explicada do ponto de vista do realismo metafísico? Basicamente, o realista metafísico propõe o seguinte esquema de análise para a semelhança, para qualquer caso de coincidência de aspectos ou características:

(S) A mesma propriedade, a propriedade de ser um F , pertence a particulares distintos, isto é, Fs são Fs , em virtude de todos eles estarem na relação de exemplificação com um único universal, o universal F . Por outras palavras, Fs são semelhantes entre si (qua Fs) em virtude de serem exemplos de um e do mesmo universal, o universal F .

Assim, as rosas brancas são brancas em virtude de todas elas exemplificarem o universal Brancura; e são rosas em virtude de todas elas exemplificarem o universal Rosa (ou Rosidade). Por conseguinte, do ponto de vista realista, semelhanças são factos a analisar, são factos cuja verificação se deve à verificação de factos mais básicos; estes factos mais básicos consistem invariavelmente num conjunto de exemplificações de um e do mesmo universal.

Terminarmos a nossa elucidação do realismo metafísico com a introdução de dois aspectos com base nos quais é possível distinguir liminarmente os universais postuladas pelo realista dos particulares que os exemplificam. Esses aspectos são a repetibilidade e a localização. Eles permitem realçar o carácter *sui generis* dos universais, a sua irredutível “universalidade” (por assim dizer).

Repetibilidade

Universais são objectos repetíveis, no sentido de objectos numericamente idênticos ao longo de particulares numericamente distintos uns dos outros. Assim, a brancura repete-se, ou está integralmente presente, em cada uma das coisas brancas.

A repetibilidade dos universais está associada à sua múltipla exemplificação: propriedades universais são objectos multiplamente exemplificáveis no sentido em que muitas coisas distintas numericamente distintas umas das outras podem ser exemplos de uma e da mesma propriedade universal.

A repetibilidade dos universais faz com que eles sejam objectos recorrentes ao longo do espaço e do tempo. A Brancura distribui-se pelo espaço no sentido de estar de

algum modo inteiramente presente, numa dada ocasião, em todas as coisas brancas que ocupam lugares diferentes nessa ocasião. A Brancura distribui-se pelo tempo no sentido de estar de algum modo inteiramente presente, em ocasiões distintas, em todas as diversas coisas brancas que existem nessas ocasiões.

Em claro contraste com isto, particulares, em especial objectos materiais como a mesa na qual estou a escrever e acontecimentos específicos como o jogo Sporting-Porto deste sábado, são objectos irrepetíveis, únicos. De facto, objectos materiais só estão integralmente presentes num único lugar, numa única porção do espaço, em cada ocasião. E acontecimentos específicos não são recorrentes ao longo do espaço ou ao longo do tempo: ocorrem algures no espaço durante um certo período de tempo, e não podem ocorrer mais nenhuma vez.

Por outro lado, propriedades particularizadas ou tropos, como o castanho desta mesa castanha (e só desta mesa castanha), e classes, como a classe de todas as mesas castanhas, são igualmente objectos irrepetíveis. De facto, numericamente a mesma propriedade particularizada não pode estar presente na íntegra em mais do que um particular material; este tropo de branco só pode estar presente nesta mesa branca, em mais nenhum particular. Propriedades concebidas como particulares não são recorrentes ao longo do espaço e do tempo: estão presentes numa única região do espaço em cada ocasião. E não tem qualquer sentido dizer de uma classe de coisas, por exemplo a classe de todas as pessoas humildes, que se repete em todos e cada um dos seus membros, que a classe das pessoas humildes está de algum modo presente em cada pessoa humilde.

Localização

Podemos dizer que particulares, ou pelo menos particulares materiais ou não abstractos, são objectos individualizados, pelo menos parcialmente, pelas porções do espaço que ocupam numa dada ocasião. Por outras palavras, particulares materiais são aquele género de coisas que são governadas pelos dois seguintes princípios intuitivos de individuação.

Princípio 1. Um e o mesmo particular não pode estar integralmente presente, numa dada ocasião, em duas regiões descontínuas do espaço, ou seja, regiões que não tenham qualquer parte em comum.

É certo que uma caneta pode estar em dois sítios ao mesmo tempo, com a sua tampa numa mesa e o resto na mão de uma pessoa, mas não na íntegra, na totalidade.

Princípio 2. Dois particulares não podem estar integralmente presentes, numa dada ocasião, numa só região do espaço.

É certo que duas canetas podem estar presentes ao mesmo tempo na mesma região do espaço, com a tampa de cada uma delas inserida no corpo da outra, mas não na íntegra, na totalidade.

Em claro contraste com isto, universais são por excelência aquele género de coisas que se distinguem justamente por violarem princípios como os Princípios 1 e 2. Com efeito, universais parecem antes satisfazer condições do seguinte género, as quais são manifestamente inconsistentes com aqueles princípios.

Princípio do um-em-muitos. Um e o mesmo universal pode estar integralmente presente, numa dada ocasião, em duas regiões descontínuas do espaço, regiões que não tenham qualquer parte em comum.

O universal Vermelho está **inteiramente** presente, numa e na mesma ocasião, nas regiões descontínuas do espaço ocupadas por estas duas canetas vermelhas.

Princípio do muitos-em-um. Dois universais podem estar integralmente presentes, numa dada ocasião, numa só região do espaço.

Os universais Vermelho e a Triangularidade estão ambos **inteiramente** presentes, numa e na mesma ocasião, na região do espaço ocupada por, e apenas por, esta mesa triangular vermelha.

5. Argumentos contra o Realismo

O objectivo desta secção é introduzir e discutir três argumentos historicamente salientes contra o realismo metafísico, a doutrina de que há universais, ou seja, propriedades repetíveis ou estritamente idênticas ao longo de objectos distintos. Esses argumentos têm como alvo o realismo metafísico *in toto*, não apenas esta ou aquela variedade particular da doutrina. Os argumentos em questão são recorrentes na bibliografia filosófica disponível na área da metafísica, quer a tradicional quer a mais recente. Por outro lado, a maioria dos argumentos tem uma forte inspiração nominalista. Vamos designar tais argumentos como Argumento da Parcimónia, Argumento da Incoerência e Argumento da Auto-Predicação.

O Argumento da Parcimónia

O Argumento da Parcimónia é um argumento de sabor nominalista frequentemente aduzido nas discussões sobre o problema dos universais. O argumento é diversas vezes

utilizado ao longo dos trabalhos de Willard Quine, um filósofo nominalista que inclui atributos (= propriedades universais) naquilo que designa como “criaturas da escuridão”: universais fazem aí companhia a outras entidades “intensionais”, por exemplo proposições. A conclusão do Argumento da Parcimónia é a ideia de que universais são entidades dispensáveis ou redundantes, uma categoria de coisas que não é de todo necessário que figure num sistema credível de ontologia, numa teoria geral adequada de objectos.

A premissa típica do Argumento da Parcimónia é um velho princípio de economia ontológica conhecido como Navalha de Ockham ou Princípio da Parcimónia. A economia em questão não é uma economia quantitativa, não é uma economia no número de coisas, mas uma economia qualitativa, uma economia no número de categorias ou tipos de coisas (a distinção entre estes dois sentidos de economia ontológica é de Lewis – ver Lewis 1983).

A Navalha de Ockham consiste na adopção da regra geral de que as entidades, no sentido de tipos de entidades, não devem ser multiplicadas para além da necessidade; na fórmula da escolástica medieval, “*entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*”. Por outras palavras, uma condição necessária para que entidades de um certo género sejam admitidas num sistema razoável de ontologia é essas entidades servirem para alguma coisa, fazerem algum trabalho, desempenharem alguma função, explicarem algum conjunto de dados ou fenómenos. Presume-se ainda, naturalmente, que tal trabalho, função ou explicação não podem ser realizados ou executados por entidades de outro tipo: só entidades do tipo em questão são apropriadas para o efeito.

Uma das maneiras mais naturais de a condição de utilidade mencionada na Navalha de Ockham ser satisfeita por um género de entidades é essas entidades serem necessariamente invocadas em explicações proporcionadas pela melhor ciência. É assim que coisas como buracos negros, quarks e espécies animais são consideradas como fazendo necessariamente parte de qualquer sistema apropriado de ontologia.

A outra premissa do Argumento da Parcimónia consiste, evidentemente, na observação de que putativos objectos como propriedades ou relações universais não fazem de facto nenhum trabalho substantivo, não desempenham na realidade nenhum papel teórico, não explicam de todo nenhum conjunto de dados ou fenómenos que necessitem de uma explicação.

Alega-se, em particular, que os universais acabam por não realizar qualquer uma das funções que lhes são tipicamente atribuídas pelos proponentes do realismo

metafísico. A ideia que suporta esta alegação é a de que das duas uma. Ou as explicações que invocam universais são irremediavelmente deficientes, caso em que eles afinal não são adequados para fazer o trabalho que são supostos fazer. Ou então concede-se para benefício da discussão que tais explicações são satisfatórias, mas defende-se que há outras que são igualmente satisfatórias e que não recorrem de todo a universais. Estas últimas explicações invocam uma ontologia que contém apenas objectos particulares, objectos irrepitíveis (presume-se, naturalmente, que objectos deste último género têm em todo o caso que estar disponíveis). Em qualquer dos casos, conclui-se que os universais não são precisos para fazer o trabalho que são supostos fazer.

Considere-se, por exemplo, a função tipicamente atribuída a propriedades universais de serem o fundamento *in rerum* natura da recorrência qualitativa no mundo, ou seja, da distribuição pelas diversas coisas no mundo dos mesmos traços, das mesmas qualidades, das mesmas características, dos mesmos aspectos. O proponente do Argumento da Parcimónia alegará então, ou que a explicação realista desse fenómeno é insatisfatória ou obscura, não sendo os universais adequados para o efeito, ou que apenas invocando particulares, por exemplo propriedades particularizadas (= tropos), ele consegue explicações no mínimo tão boas como aquelas que invocam universais.

Para quê então admitir dois tipos de coisas (universais e particulares) se só com um deles (particulares) se consegue aparentemente explicar tudo o que é preciso explicar? Supondo que temos em todo o caso que admitir particulares na nossa melhor ontologia, a Navalha de Ockham obriga-nos assim, argumenta-se, à economia qualitativa e a dispensar universais. Conclui-se que universais estão para além da necessidade, ofendem a Navalha e devem ser deste modo banidos de qualquer sistema razoável de ontologia.

Como é que se pode avaliar o Argumento da Parcimónia contra o realismo metafísico? Trata-se de um bom argumento?

Em primeiro lugar, note-se que a Navalha de Ockham é um princípio relativamente incontroverso de economia e simplicidade. Apesar de ser muitas vezes (erroneamente) assimilado ao nominalismo, como se fosse um traço constitutivo desta posição, o que é certo é que, por si só, o princípio não decide a disputa a favor do lado nominalista.

Com efeito, a Navalha pode bem ser aceite pelo realista metafísico. Na verdade, o princípio é mesmo adoptado com naturalidade na maioria das versões de realismo

metafísico contemporâneo. O realista metafísico pode, por exemplo, fazer uso da Navalha para dispensar tropos, alegando que estes não fazem qualquer trabalho que não possa ser feito por universais. E pode também excluir propriedades não exemplificadas, como a propriedade de ser um quadrado redondo, do domínio das propriedades universais alegando que elas não são aptas para explicar aquilo que os universais são primariamente supostos explicar, as semelhanças objectivas entre as coisas.

Em segundo lugar, a outra premissa do Argumento da Parcimónia está longe de ser sólida, o que faz com que o argumento não seja um argumento conclusivo contra a admissão de universais. Há duas razões principais para tal falta de solidez.

Por um lado, são muitos e de diversos tipos as funções e os papéis explicativos atribuíveis a universais. Eis alguns desses papéis e funções: darem conta dos agrupamentos e classificações naturais de particulares; servirem de valores semânticos para predicados; explicarem os poderes causais de particulares; darem conta da nossa capacidade para reconhecer novos exemplos de propriedades dadas; explicarem a mudança de particulares materiais ao longo do tempo; etc. Um fardo muito pesado cai sobre o filósofo nominalista quando este alega que os universais não são adequados para executar nenhuma dessas múltiplas funções

Por outro lado, e mais importante, não é de todo claro que o recurso a particulares, e só a particulares, seja suficiente para dar conta das funções em questão, ou pelo menos para dar conta daquelas funções que o nominalista está preparado para reconhecer como centrais. Não é, por exemplo, líquido que um sistema de ontologia que contenha apenas particulares seja dotado de recursos adequados para explicar de modo satisfatório a existência de classes naturais de particulares, a existência de classificações objectivas de particulares (por exemplo, espécies animais e partículas físicas). São notórias as dificuldades encontradas a esse respeito por parte de quase todas as variedades de nominalismo, com destaque para o nominalismo de classes e o nominalismo de predicados. Assim, um fardo igualmente pesado é também aqui imposto sobre o proponente nominalista do Argumento da Parcimónia quando este alega que particulares são necessários e suficientes para realizar as funções explicativas centrais alegadamente realizáveis por universais.

Concluimos assim que o Argumento da Parcimónia não é um argumento conclusivo: muita coisa teria ainda de ser feita para provar que universais são entidades redundantes ou dispensáveis do ponto de vista da explicação.

O Argumento da Incoerência

A finalidade deste argumento é mostrar que a própria ideia de um universal – a ideia de um repetível, de uma coisa inteiramente presente em diversas outras coisas – é uma ideia incoerente, pois conduz a contradições (ou é inconsistente com um punhado de verdades indisputáveis).

O Argumento da Incoerência pode ser esquematicamente representado da seguinte maneira.

Premissa 1. Os universais são, por definição, coisas repetíveis (ou pelo menos alguns universais são repetíveis, designadamente aqueles que têm exemplos). Como repetíveis, os universais podem estar presentes em diversos sítios distintos numa e na mesma ocasião.

Premissa 2. Uma coisa é espacialmente descontínua, ou está disseminada pelo espaço, se e só se está presente em duas regiões distintas ou não sobrepostas do espaço, isto é, regiões que não têm qualquer parte em comum.

Assim, alguns países (a Suíça), algumas cidades (Lisboa) e algumas ruas (a Alameda da Universidade em Lisboa) não são coisas espacialmente descontínuas nesse sentido; mas alguns países (Portugal), algumas cidades (Budapeste) e algumas ruas (a rua Barata Salgueiro em Lisboa) são coisas espacialmente descontínuas nesse sentido. Outros exemplos de coisas espacialmente descontínuas são o Império Romano e o relógio desmontado que está na mesa de trabalho do relojoeiro.

Conclusão 1. Os universais (ou pelo menos alguns universais) são, ou podem ser, coisas espacialmente descontínuas.

Premissa 3. Só coisas que possuam partes espaciais podem ser espacialmente descontínuas.

A razão é a de que uma coisa só pode ocupar regiões distintas do espaço em virtude de possuir partes componentes que ocupem na íntegra cada uma dessas regiões. Assim, todos os exemplos antes introduzidos de coisas espacialmente descontínuas são exemplos de coisas compostas por partes espaciais: Portugal está disseminado pelo espaço na medida em que tem partes (Açores, Madeira e Continente) que ocupam regiões não sobrepostas do espaço.

Premissa 4. Os universais são coisas repetíveis (pelo menos alguns). Mas, enquanto coisa repetível, um universal (qualquer universal) não é uma coisa que possa possuir partes espaciais.

A razão é a de que a repetibilidade implica que cada universal esteja presente na íntegra, e não apenas parcialmente, em cada um dos seus exemplos: a Brancura é repetível em virtude de ser numericamente a mesma propriedade que está presente em todas as coisas brancas. A posse de partes espaciais é assim inconsistente com a repetibilidade: Portugal (o país enquanto objecto físico, não o país enquanto “ideia” ou algo do género) não está seguramente presente por inteiro em cada uma das suas partes.

Conclusão 3. Os universais não são (qualquer um deles) coisas que sejam ou possam ser espacialmente descontínuas, não são de todo coisas como países, relógios, cidades e ruas.

Conclusão 4. As conclusões 1 e 3 são inconsistentes entre si, o que faz com que a própria ideia de universal, a ideia de uma entidade inteiramente presente em sítios distintos numa dada ocasião, seja incoerente

O que é que se pode dizer do Argumento da Incoerência contra o realismo metafísico? Trata-se de um bom argumento?

Há duas linhas de réplica possível ao argumento por parte de um realista metafísico (supondo que se trata de um argumento válido, o que parece ser uma suposição razoável).

Em primeiro lugar, os realistas metafísicos (ou pelo menos alguns realistas metafísicos) podem alegar que, tomada literalmente, a Premissa 1 do Argumento da Incoerência é falsa. Com efeito, de acordo com variedades do realismo metafísico como o realismo transcendente ou mesmo o realismo imanente fraco (ver a próxima secção deste Capítulo), universais não são coisas das quais se possa dizer com verdade que estejam localizadas no espaço, no sentido de ocuparem regiões dadas do espaço em ocasiões dadas.

Tomado literalmente, o predicado diádico ‘está presente em’, o qual é utilizado na Premissa 1, significa o mesmo que ‘está localizado em’ (se um fumador está presente na sala, é porque um fumador ocupa um certo lugar na sala). Mas, nesse caso, a Premissa 1 é falsa e o Argumento da Incoerência não corre (note-se que a interpretação literal é exigida para fazer correr o argumento). Segundo tais versões de realismo, os

universais não estão localizados onde os seus exemplos estão localizados simplesmente porque não estão localizados onde quer que seja (supondo que uma coisa com uma localização é uma coisa que “enche” uma região do espaço). Assim, a fortiori, não é o caso que os universais estejam, ou possam estar, presentes em sítios distintos numa dada ocasião, o que falsifica a Premissa 1.

Na melhor das hipóteses, a Premissa 1 seria constitutiva de apenas algumas variedades de realismo metafísico, designadamente aquelas que atribuem de algum modo aos universais uma localização no espaço, em especial a variedade que designamos mais à frente como realismo imanentista forte.

Todavia, mesmo estas versões de realismo poderiam resistir ao Argumento da Incoerência através do seguinte género diferente de réplica. A ideia é a de que o argumento falha ao assumir erroneamente para universais princípios que apenas se aplicam a particulares, e, em especial, a particulares materiais. De facto, subjacente à Premissa 3 do argumento está um dos chamados axiomas da localização, o princípio aparentemente intuitivo que introduzimos atrás e que estabelece que uma e a mesma coisa não pode estar em dois sítios ao mesmo tempo (o outro axioma da localização é o princípio não menos intuitivo de que duas coisas não podem estar num e no mesmo sítio numa dada ocasião). Ora, como vimos, este princípio só é plausível se a coisa em questão for um particular material, um objecto tri-dimensional; ou seja, trata-se de uma verdade constitutiva do nosso conceito de um particular material. Assim, a Premissa 3 do Argumento da Incoerência só pode ser tomada como verdadeira se o universo das coisas aí mencionadas for limitado a particulares materiais. Mas, nesse caso, o Argumento da Incoerência acaba por incorrer numa petição de princípio, pois assume implicitamente aquilo que quer provar, que apenas há particulares: essa parece ser a única maneira de tornar verdadeira a Premissa 3.

Naturalmente, o realista metafísico fica livre de considerar essa premissa como falsa e defender a ideia de que coisas “especiais” como universais, coisas que não têm de todo partes espaciais, podem de facto estar presentes ou localizadas em muitos sítios ao mesmo tempo.

O Argumento da Auto-Predicação

Terminamos a nossa discussão do realismo metafísico com o Argumento da Auto-Predicação.

Este é um argumento que visa conduzir a suposição de que há propriedades universais a um paradoxo, um paradoxo análogo ao célebre Paradoxo de Russell para a Teoria dos Conjuntos. Esquemáticamente, o Argumento da Auto-Predicação é o seguinte.

Premissa 1. Alguns universais não são auto-predicáveis ou auto-exemplificáveis, no sentido em que as próprias propriedades universais em que eles consistem não lhes são aplicáveis com verdade.

Por exemplo, a propriedade universal de ser um objecto concreto não é auto-predicável, pois não é (supõe-se) ela própria um objecto concreto, mas sim um objecto abstracto (como qualquer propriedade). Do mesmo modo, também não é auto-predicável a propriedade universal de ser um gato.

Premissa 2. Alguns universais são auto-predicáveis ou auto-exemplificáveis, no sentido em que as próprias propriedades universais em que eles consistem são-lhes aplicáveis com verdade.

Por exemplo, a propriedade universal de ser um objecto abstracto é auto-predicável, pois é (supõe-se) ela própria um objecto abstracto (como qualquer propriedade). Do mesmo modo, a propriedade de ser uma propriedade monádica é auto-predicável, uma vez que é ela própria uma propriedade monádica.

Conclusão 1. Por conseguinte, não há nada de errado ou de ininteligível na ideia de auto-predicação, ou auto-exemplificação, de uma propriedade universal.

Premissa 3. Considere-se agora a propriedade universal de não ser uma propriedade auto-predicável. Designemos este universal, o universal da Não Auto-Predicabilidade, por **P**. Assim, por definição, uma coisa ou propriedade x exemplifica o universal **P** se e só se x não é exemplificada por x .

Podemos agora certamente perguntar se o nosso universal **P** é ele próprio auto-predicável, já que podemos fazer a mesma pergunta acerca de **qualquer** universal. Façamos a pergunta e suponhamos, primeiro, que **P** é auto-predicável. Então **P** exemplifica o universal da Não Auto-Predicabilidade, donde se segue que **P** não é auto-predicável. Suponhamos, em segundo lugar, que **P** não é auto-predicável. Então **P** não exemplifica o universal da Não Auto-Predicabilidade, donde se segue que **P** é auto-predicável.

Conclusão 2. Segue-se que **P** é auto-predicável e que **P** não é auto-predicável, o que é uma contradição.

O que é que se pode dizer do Argumento da Auto-Predicação? Trata-se de um bom argumento?

Não se trata manifestamente de um bom argumento. Com efeito, o realista metafísico tem ao seu dispor uma maneira simples de bloquear o argumento: alegar que a Auto-Predicabilidade e a Não Auto-Predicabilidade **não são** universais, pois nem sequer se trata de propriedades e só propriedades podem ser universais. A conclusão a extrair do paradoxo da auto-predicação para propriedades é simplesmente a de que **não há** de todo qualquer propriedade como a propriedade da não auto-predicabilidade. Tal como a conclusão a extrair do Paradoxo de Russell é a de que não há de todo qualquer classe como a classe de todas as classes que não pertencem a si mesmas.

Por conseguinte, o Argumento da Auto-Predicação só constituiria uma ameaça séria para aquelas posições que defendem a ideia de que todo o predicado monádico dotado de sentido, e assim também o predicado ‘não é auto-predicável’, exprime ou denota uma correspondente propriedade universal. Mas esta ideia não é constitutiva do realismo metafísico, na medida em que a sua adopção não é de todo mandatória em qualquer forma de realismo metafísico, incluindo mesmo as variantes platonistas e transcendentistas de realismo. Assim, a lição a tirar pelo realista metafísico do Argumento da Auto-Predicação é precisamente a de que nem todo o predicado monádico dotado de sentido exprime ou denota um universal.

6. Variedades de Realismo

Nesta secção final queremos fazer o seguinte. Em primeiro lugar, introduzir três problemas básicos acerca da natureza dos universais, entendidos como propriedades numericamente idênticas exemplificadas por objectos numericamente distintos. Em segundo lugar, caracterizar três tipos de disputas acerca desses problemas no interior do realismo metafísico, a doutrina de que há universais, disputas essas que dão origem a um conjunto de variedades distintas de realismo. Finalmente, identificar algumas das conexões existentes entre os problemas e disputas em questão.

Os três problemas acerca da natureza dos universais são os seguintes.

Problema 1: A Localização dos Universais. São os universais localizáveis no mundo físico, no espaço-tempo? Estão os universais situados no mundo povoado pelos particulares materiais (mesas, cavalos, pessoas) que em muitos casos os exemplificam? Ou pertencem os universais a um mundo à parte, um mundo sem qualquer conexão com

o mundo físico, um mundo povoado por e apenas por objectos abstractos, objectos não situáveis no espaço-tempo?

A alternativa é aqui entre o mundo físico e aquilo a que Frege chamou o 3º Reino, um domínio de coisas que nem são físicas (o 1º Reino) nem são mentais (o 2º Reino): as coisas do 3º Reino são auto-subsistentes e independentes da mente e da linguagem. Estão os universais no espaço-tempo ou povoarão eles algo semelhante ao Paraíso de Platão, um putativo sector da realidade habitado por Formas ou Ideias?

Problema 2: A Exemplificação dos Universais. Está a existência de universais dependente da existência de coisas que os exemplifiquem? Será que um universal só existe se exemplificado?

São os universais objectos ontologicamente dependentes, objectos cuja existência é condicionada pela existência de objectos de outro género (supondo que os seus exemplos são em alguns casos objectos de outro género)? Está, em especial, a existência de universais dependente da existência de particulares que os exemplifiquem? Teria Aristóteles razão quando disse que se não houvesse coisas brancas não haveria a brancura? Ou será a existência de um universal algo incondicionado, independente da existência ou não de exemplos do universal? É a relação entre um universal e um seu possível exemplo do mesmo género do que a relação entre um sorriso e uma pessoa que sorria, uma peça de relógio e um relógio, uma experiência e uma criatura senciente?

Problema 3: O Modo de Ser ou Existir dos Universais. São os universais coisas como Deus e os números naturais, existentes necessários, coisas que existem de forma não contingente? Trata-se de coisas que não só existem de facto, como não poderiam não ter existido, ou seja, coisas tais que é impossível não existirem (no sentido de “impossível” no qual não é impossível um corpo deslocar-se a uma velocidade superior à da luz)?

Ou serão os universais, pelo menos em alguns casos, coisas como Sócrates, Lisboa e esta mesa de madeira, existentes contingentes? Podem os universais ser coisas como estas, coisas que existem de facto, mas poderiam não ter existido se o mundo não fosse o que é? E sob que condições é que se poderia então dizer que um universal poderia não ter existido?

É a existência da brancura do mesmo género do que a existência de Sócrates? Sócrates poderia não ter nascido e logo poderia não ter existido. E a brancura? Existiria se não houvesse coisas brancas?

É cada universal um existente eterno, algo que existe para sempre? Ou são alguns universais existentes temporários? Podem os universais ser coisas percíveis, coisas como esta folha de papel, coisas que não existem em pelo menos uma ocasião (por exemplo uma ocasião posterior à sua eliminação por uma máquina recicladora)?

Realismo Imanente versus Realismo Transcendente

Os realistas metafísicos dividem-se em dois grandes grupos conforme a resposta que estão inclinados a dar ao problema 1, o problema da localização dos universais.

De um lado, há os adeptos do Realismo Imanente, os quais defendem a seguinte tese:

(IMAN) Alguns universais (possivelmente todos os universais) estão situados no mundo físico, no espaço-tempo.

Na terminologia escolástica, o realismo imanente defende a doutrina dos *universalia in rebus* (universais nas coisas).

Do outro lado, há os adeptos do Realismo Transcendente, os quais defendem a seguinte tese:

(TRANS) Nenhum universal está situado no mundo físico, no espaço-tempo.

Na terminologia escolástica, o realismo transcendente defende a doutrina dos *universalia ante rem* (universais prévios às coisas)

Começemos por explorar a doutrina do realismo imanente. A primeira coisa a notar é que este ponto de vista admite ainda duas versões, caracterizáveis do seguinte modo:

- (a) uma versão forte, a tese de que todos os universais estão no mundo físico;
- (b) uma versão fraca, a tese de que apenas alguns universais estão no mundo físico.

Há três observações imediatas a fazer acerca da versão forte do realismo imanente. Primeiro, é a forma de imanentismo mais habitualmente proposta na literatura recente na área (ver, por exemplo, Armstrong 1989). Segundo, é naturalmente a versão mais vulnerável, na medida em que é a mais forte. Terceiro, é a versão de imanentismo que é compatível com o naturalismo estrito, ou melhor, com a consequência desta concepção segundo a qual tudo o que existe está localizado no espaço-tempo, no mundo físico. Este último aspecto pode ser usado, e tem sido usado, para argumentar a favor da defesa da versão forte de imanentismo, pois a versão fraca da doutrina é alegadamente

incompatível com o naturalismo e este, alega-se, é algo que tem de ser preservado a todo o custo.

Note-se que seja qual for o sentido que se queira dar à ideia de que os universais estão localizados no mundo físico, a versão forte de imanentismo é incompatível com a admissão de universais exemplificados por particulares abstractos, particulares não localizáveis no espaço-tempo. Mas isso não parece constituir um problema sério para os defensores desse ponto de vista, pois o naturalismo estrito que eles querem preservar é em todo incompatível com a admissão de objectos abstractos em geral, universais ou particulares. Em todo o caso, é claro que o imanentismo forte não pode admitir como universais propriedades como a propriedade de ser um número primo ou a propriedade de numerar as luas de Júpiter, bem como relações como a relação de inclusão entre conjuntos.

Por outro lado, não é claro que o imanentismo forte seja inconsistente com a admissão de universais de ordem superior em geral, com a admissão de universais exemplificados por universais. Em particular, não é claro que o imanentismo forte não possa admitir como universais alegados universais de ordem superior como Côr, Massa e Forma. A razão pela qual tal não é claro é a de que, apesar de um universal de ordem superior como Massa não ser directamente exemplificado por coisas no mundo físico, tem no entanto como exemplos universais, por exemplo a propriedade de pesar uma tonelada, que são directamente exemplificados por coisas no mundo físico, por exemplo elefantes. Há assim uma cadeia de exemplificações que termina no mundo físico, o que pode levar o adepto do imanentismo forte a ver os universais de ordem superior no início da cadeia como pertencendo, como todos os outros, ao mundo físico.

A versão fraca de imanentismo é por sua vez claramente compatível com a admissão de abstracta: alguns universais, designadamente aqueles que são exemplificados por particulares abstractos, não estão no mundo físico. Este aspecto do imanentismo fraco poder ser visto por alguns filósofos como sendo uma razão para o favorecer em relação ao imanentismo forte. Por outro lado, a versão fraca de imanentismo é também claramente compatível com a admissão de universais de ordem superior, os quais poderiam por ela ser incluídos entre os abstracta. Em todo o caso, o imanentismo fraco é assim manifestamente inconsistente com o naturalismo estrito, algo que pode por sua vez ser tomado por alguns filósofos como uma desvantagem séria desse ponto de vista.

Em que sentido é que, do ponto de vista imanentista em geral (forte ou fraco), se pode dizer que um universal está localizado no mundo físico, que um universal existe numa região do espaço num certo instante de tempo? Em que sentido é que a brancura pode estar localizada no mesmo mundo onde as coisas brancas estão? Em que sentido é que a humildade pode estar localizada no mesmo mundo onde as pessoas humildes estão?

Há duas respostas imanentistas possíveis a estas perguntas, as quais nos dão duas maneiras diferentes através das quais os universais podem existir no espaço-tempo.

A primeira resposta, a mais fraca, consiste na seguinte ideia de localização para universais. Um universal está localizado no mundo físico na medida em que, e apenas na medida em que, é exemplificado por pelo menos uma coisa que ocupe uma determinada região do espaço numa certa ocasião. Neste ponto de vista, a localização do universal no espaço-tempo não é directa, é mediada pela existência de exemplos os quais estão directamente situados no espaço-tempo. Segundo esta versão indirecta de imanentismo, o universal *Equus Caballus* (ou seja, a espécie tomada como universal, como algo repetível) está localizado no mundo físico em virtude de ter como exemplos coisas, os diversos cavalos particulares, que têm uma localização no espaço-tempo. Nesta forma de imanentismo, não é de todo necessário que os universais ocupem eles próprios uma região do espaço numa dada ocasião: eles estão presentes no mundo físico em virtude de terem exemplos no mundo físico.⁶

A segunda resposta imanentista, a mais forte, consiste na seguinte ideia de localização para universais. Um universal está localizado no mundo físico na medida em que ocupa literalmente uma determinada região do espaço numa dada ocasião, precisamente aquela região do espaço que é ocupada nessa ocasião por uma coisa que o exemplifique. Neste ponto de vista, a localização do universal no espaço-tempo é directa, não é mediada por nada: o universal ocupa ele próprio as regiões do espaço que são ocupadas pelos seus exemplos. Segundo esta versão directa de imanentismo, um universal como *Equus Caballus* está localizado no mundo físico em virtude de ocupar aquelas regiões do espaço que são ocupadas, numa dada ocasião, por todos os membros dessa espécie animal existentes nessa ocasião. Um e o mesmo universal pode assim existir na íntegra em muitos sítios distintos ao mesmo tempo. Temos aqui então, literalmente, o Um em Muitos. Onde está cada cavalo particular está também a espécie

⁶ Loux 1998 ilustra aproximadamente este género de posição.

Equus Caballus na sua totalidade, o universal. Por outro lado, muitos universais podem ocupar, cada um deles na íntegra, um e um só local numa dada ocasião. Temos aqui então, literalmente, Muitos em Um. Onde está este belo cavalo branco estão também diversos universais por inteiro: *Equus Caballus*, a Brancura, a Beleza, etc.

Como os universais estão presentes nos seus exemplos integralmente, e não em parte, eles não podem ser partes constituintes dos particulares que os exemplificam. Como a Brancura está inteiramente presente em cada uma das coisas brancas, estas não podem ter a Brancura como parte. Os universais não podem assim ocupar as regiões do espaço ocupadas pelos seus exemplos em virtude de terem partes espaciais que ocupam partes dessas regiões. Assim, de acordo com o imanentismo directo, os universais não podem estar espalhados pelo espaço do mesmo modo como este relógio desmontado está espalhado pelo espaço, ou seja, no sentido de ter partes que ocupam regiões distintas e descontínuas do espaço.

Por conseguinte, nesse género de imanentismo, os universais, apesar de serem de algum modo elementos constituintes dos particulares materiais que os exemplificam, não podem ser partes (espaciais) desses particulares. A relação parte/todo verifica-se entre universal e particular (nessa ordem), mas não é de natureza mereológica: um particular não pode ser um agregado físico dos diversos universais que exemplifica. Estas características dos universais postulados pelo imanentismo directo tornam obscura, aos olhos de alguns filósofos realistas, a própria noção de universal, sendo vistas como sugerindo o abandono da concepção que as origina.⁷

Concentremo-nos agora no realismo transcendente, na doutrina de que nenhum universal existe no espaço-tempo.

Segundo o realismo transcendente, não há nenhum sentido admissível no qual se possa dizer que um universal (qualquer universal) está localizado no mundo físico. Rigorosamente falando, aquilo que se deve dizer é que universais carecem de qualquer localização.

Assim, mesmo aqueles universais que têm tipicamente objectos físicos como exemplos, tais como a propriedade de ter uma certa massa (por exemplo, 20 Kg) ou a relação espacial de estar à esquerda de, não existem no mundo físico. Espécies animais como *Equus Caballus*, cores como a Brancura, virtudes como a Sabedoria, etc., não

⁷ O imanentismo directo é defendido, entre outros, por Armstrong; ver, por exemplo, Armstrong 1997.

povoam o mesmo segmento da realidade que é povoado por cavalos, coisas brancas e pessoas sábias.

Os seguintes universais, de tipos bem diversos, são tomados pelo realista transcendente como partilhando o mesmo domínio da realidade: (a) universais exemplificados por particulares materiais, como a Brancura; (b) universais exemplificados por particulares abstractos, como a propriedade de ser um número primo; (c) universais de ordem superior, como a propriedade universal de ser uma virtude; (d) universais que não são exemplificados por nada, como a propriedade de ser um pássaro Dodo e a propriedade de ser um quadrado redondo. A expressão “mundo suprasensível” é usada na tradição platónica para designar esse domínio da realidade. A expressão “3º Reino” é usada na tradição fregeana para designar essencialmente o mesmo domínio. A relação que se estabelece entre os particulares materiais e os universais dos quais são exemplos, a relação de exemplificação, é deste modo uma relação inter-domínios, uma relação que atravessa segmentos liminarmente distintos da realidade: o mundo sensível e o mundo inteligível, o mundo físico e o 3º reino.

Para o realismo transcendente, os universais são entidades irreduzivelmente abstractas: não são localizáveis no espaço, pois não existem em nenhum sítio; não são situáveis no tempo, pois não existem nem ocorrem em nenhuma ocasião. Todavia, o sentido no qual um universal não existe em nenhum sítio não é o sentido no qual algo (por exemplo, Deus) seria omnipresente; pois coisas omnipresentes estão em todos os sítios e os universais não estão em sítio nenhum. Analogamente, universais são eternos, mas não no sentido em que uma pessoa imortal (Aquiles) seria eterna, o sentido no qual ela existiria para sempre (em todas as ocasiões). Universais são eternos no sentido de não existirem de todo no tempo, de não haver de todo ocasiões nas quais existam.

Segundo o realismo transcendente, universais habitam aquele segmento do ser que é habitado por outros abstracta, designadamente particulares abstractos como números, proposições, conjuntos, etc. Abstracta são entidades já disponíveis na ontologia do realista transcendente, entidades que ele já admite de forma natural, com base em razões independentes daquelas que o levam a admitir universais. A diferença entre universais e outros abstracta é que aqueles, ou pelo menos alguns daqueles, são objectos repetíveis, exemplificáveis por diversos objectos, abstractos ou concretos, enquanto que estes são objectos irrepetíveis.

É conveniente notar que, do ponto de vista do realismo transcendente, não teria sentido adoptar uma tese mais fraca, a tese de que apenas alguns universais, aqueles que

não têm de todo exemplos (a Perfeição Absoluta), não estão no mundo físico. A razão é a de que aqueles universais que têm de facto exemplos, e que alegadamente estariam no mundo físico, só os têm contingentemente; ou seja, têm exemplos mas poderiam não ter tido exemplos: há de facto coisas brancas, mas poderia não ter havido. Assim, aquilo que o realista transcendente deve dizer é que mesmo esses universais não existem no espaço-tempo.⁸

Realismo Aristotélico versus Realismo Platónico

Os realistas metafísicos dividem-se ainda em dois grupos conforme a resposta que estão inclinados a dar ao Problema 2, a questão da exemplificação dos universais.

De um lado, há os adeptos do Realismo Aristotélico, os quais defendem a seguinte tese:

(ARIST) Não há universais não exemplificáveis. Só propriedades exemplificáveis podem ser propriedades universais.

O que é que se deve entender aqui por ‘não exemplificável’? Um universal não exemplificável seria um universal que ou não tem de facto exemplos em nenhuma ocasião, como por exemplo a propriedade de ser um porco voador, ou então não pode de todo ter exemplos (em qualquer ocasião), como por exemplo a propriedade de ser um quadrado redondo.

Do outro lado, há os adeptos do Realismo Platónico, os quais defendem a seguinte tese:

(PLAT) Há universais não exemplificáveis. Ser exemplificável não é uma condição necessária para uma propriedade dada ser uma propriedade universal.

Para o realista platónico, há assim universais que nunca tiveram de facto, em qualquer ocasião, quaisquer exemplos; e há também universais que não podem ter quaisquer exemplos (no sentido mais forte de “não podem”, o da chamada impossibilidade metafísica), universais que necessariamente não têm quaisquer exemplos.

Note-se que, caracterizados da maneira acima adoptada, realismo aristotélico e realismo platónico são doutrinas claramente contraditórias. Por um lado, esgotam as

⁸ Platão e Bertrand Russell, entre outros, defendem o realismo transcendente. Ver por exemplo Russell 1980.

posições realistas acerca do problema da exemplificação: não podem ser ambas falsas. Por outro, são posições inconsistentes: não podem ser ambas verdadeiras.⁹

Parece haver uma inclinação natural do realista aristotélico no sentido da adopção do realismo imanente, bem como uma inclinação natural do realista platónico no sentido da adopção do realismo transcendente. Todavia, como vamos ver, as doutrinas realistas acerca da localização são relativamente independentes das doutrinas realistas acerca da exemplificação, pelo que se trata apenas de inclinações e não de conexões necessárias entre os pontos de vista.

Exploremos a concepção realista aristotélica com mais algum detalhe.

Pode-se dizer que o realismo aristotélico só admite como universais propriedades que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

Condição (a)- de facto, ou seja, tal como as coisas são na realidade, essas propriedades foram exemplificadas no passado por pelo menos um objecto, têm presentemente exemplos, ou serão exemplificadas no futuro por pelo menos um objecto;

Condição (b)- essas propriedades são exemplificadas por pelo menos um objecto em pelo menos uma situação ou mundo possível, ou seja, em pelo menos uma maneira como as coisas poderiam ter sido.

A condição (a)- é essencialmente uma condição temporal e diz respeito apenas à maneira como as coisas de facto são, isto é, o mundo actual. A condição (b) é essencialmente uma condição modal e diz respeito também a maneiras como as coisas poderiam ter sido, isto é, a situações ou mundos meramente possíveis.

Com base em (a)-, a propriedade de ser um pássaro Dodo não seria excluída do domínio dos universais pelo realismo aristotélico; pois apesar da espécie animal em questão não ter agora membros, já os teve. Mas, presumivelmente, a propriedade de ser uma pessoa com mais de 3m de altura sê-lo-ia; bem como, seguramente, a propriedade de ser um réptil que respira por guelras.

Com base em (b)-, a propriedade de ser um bípede sem penas não-humano não seria excluída do domínio dos universais pelo realismo aristotélico; pois apesar da propriedade em questão não ter de facto exemplos, poderia tê-los tido (há certamente uma situação possível onde há criaturas bípedes inumanas). Mas, presumivelmente, a

⁹ Entre os defensores do realismo aristotélico contam-se filósofos como Aristóteles e David Armstrong, entre outros; entre os defensores do realismo platónico contam-se filósofos como Platão e Bertrand Russell, entre outros.

propriedade de ser um mamífero com sangue frio sê-lo-ia; bem como, seguramente, a propriedade de ser um quadrado redondo.

As condições (a)- e (b)- permitem-nos distinguir entre as seguintes duas versões de realismo aristotélico:

A primeira, a mais forte, é essencialmente temporal e actualista e consiste na seguinte tese:

(ARIST1) A exemplificação em pelo menos um tempo no mundo actual é exigida para uma propriedade ser admitida como universal.

A versão temporal/actualista (ARIST1) é a versão naturalmente extraída da condição (a)- tomada em separado: só é uma propriedade universal uma propriedade que satisfaça (a)-. Por outras palavras, para a versão temporal/actualista, um universal existe num mundo ou situação, relativamente a uma dada ocasião, somente se tiver exemplos em pelos menos uma ocasião (aquela ou outra qualquer) nesse mesmo mundo ou situação. Assim, uma condição necessária para um universal existir num dado mundo possível, em especial no mundo actual, é existir pelo menos uma ocasião na qual esse universal seja exemplificado nesse mundo. Por conseguinte, na versão temporal/actualista de realismo aristotélico, o mundo possível é fixo, não varia; aquilo que é autorizado a mudar é apenas o tempo (relativamente a um mundo dado).

Na versão temporal/actualista, só são universais aquelas propriedades que têm exemplos actuais passados, presentes ou futuros. A propriedade de ser um dinossauro e (talvez) a propriedade de ser um artefacto senciente não seriam excluídas do domínio das propriedades universais pela versão temporal/actualista do realismo aristotélico. Mas, presumivelmente, a propriedade de ser um ser humano imortal, a propriedade de ser um porco voador e a propriedade de ser uma baleia branca sê-lo-iam.

A outra forma de realismo aristotélico, a mais fraca, é essencialmente modal e possibilista e consiste na seguinte tese:

(ARIST2) A exemplificação em pelo menos um mundo ou situação possível é exigida para uma propriedade ser admitida como universal.

A versão modal (ARIST2) é a versão naturalmente extraída da condição (b)- tomada em separado: só é uma propriedade universal uma propriedade que satisfaça (b)-. Por outras palavras, para a versão modal/possibilista de realismo aristotélico, um universal existe num dado mundo ou situação possível, relativamente a uma dada ocasião, somente se tiver exemplos em pelo menos um mundo ou situação possível (aquela ou outra) em pelo menos uma ocasião (aquela ou outra). Assim, uma condição necessária para um

universal existir num mundo, em especial no mundo actual, é existir pelo menos um mundo possível no qual esse universal seja exemplificado por pelo menos uma coisa em pelo menos uma ocasião. Por conseguinte, na versão modal/possibilista é essencialmente o mundo possível que pode variar; o tempo também pode variar, mas sempre no interior de um mundo dado.

Nesta forma de realismo aristotélico, só são universais aquelas propriedades que têm pelo menos um exemplo em pelo menos um mundo: este mundo pode ser ou o mundo actual ou um mundo meramente possível. A propriedade de ser um ser humano imortal, a propriedade de ser um porco voador e a propriedade de ser uma baleia branca não seriam excluídas do domínio das propriedades universais pela versão modal/possibilista. Mas a propriedade de ser um quadrado redondo, a propriedade de ser um réptil de sangue quente e (presumivelmente) a propriedade de ser um unicórnio sê-lo-iam.

Note-se que a versão modal/possibilista de realismo aristotélico é uma consequência lógica da versão temporal/actualista, o que faz com que o realismo aristotélico temporal/actualista seja uma forma de realismo mais forte do que o realismo aristotélico modal/possibilista. O raciocínio que vai da versão temporal como premissa para a versão modal como conclusão é simples e pode ser delineado do seguinte modo. Considere-se a exigência imposta na versão temporal/actualista: para um universal existir num mundo, por exemplo o mundo actual, é preciso que haja uma ocasião na qual ele tenha pelo menos um exemplo nesse mundo, no mundo actual. Ora, desta exigência segue-se naturalmente a exigência imposta na versão modal/possibilista: para um universal existir num mundo, por exemplo o mundo actual, é preciso que haja pelo menos um mundo no qual ele tenha exemplos (em pelo menos uma ocasião). Este raciocínio usa o princípio modal elementar conhecido como *Ab Esse ad Posse Valet Consequentia*: tudo o que é actual é *a fortiori* possível, o mundo actual é *a fortiori* um mundo possível.

Quem quer que aceite o realismo aristotélico temporal está assim obrigado, através disso mesmo, a aceitar o realismo aristotélico modal. Contrapondo: quem quer que rejeite o realismo aristotélico modal está assim obrigado, através disso mesmo, a rejeitar o realismo aristotélico temporal.

No entanto, obviamente, o realismo aristotélico temporal/actualista não se segue do realismo aristotélico modal/possibilista, de modo que há aqui duas formas genuínas de aristotelismo. De facto, podemos bem subscrever a versão modal sem subscrever a

versão temporal. E essa é em particular a inclinação do autor do presente livro. Podemos admitir como universais, por meio da versão modal de aristotelismo, propriedades que seriam excluídas na versão temporal de aristotelismo. Um exemplo é a propriedade de ser um ser humano imortal, ou a propriedade de ser uma pessoa com mais de 3 metros de altura.

Tanto a propriedade de ser um dinossauro como a propriedade de ser um bípede sem penas não-humano poderiam ser admitidas como universais pelo realismo aristotélico modal. Todavia, só a primeira dessas propriedades poderia ser admitida como universal pela versão temporal, sendo a segunda dessas propriedades excluída por essa forma de aristotelismo.

Tudo o que é admissível como universal pela versão temporal é-o pela versão modal (mas não conversamente). Logo, tudo o que é excluído como universal pela versão modal é-o pela versão temporal (mas não conversamente). Excluídas pela versão modal, e logo também pela temporal, são propriedades como a de ser um quadrado redondo, a de ser um mamífero com sangue frio e (presumivelmente) a de ser um unicórnio.

Exploremos agora a concepção realista platónica com mais algum detalhe.

O realismo platónico é a doutrina de que há universais não exemplificáveis, em que um universal não exemplificável é uma propriedade universal que não têm exemplos em nenhuma ocasião no mundo actual ou mesmo que não têm exemplos em qualquer mundo possível (e ocasião).

Por conseguinte, o realismo platónico não exclui (ou seja, pode admitir) como universais qualquer um dos seguintes dois géneros de propriedades.

(a)- Propriedades que, de facto, não foram exemplificadas no passado por nenhuma coisa, que não têm presentemente quaisquer exemplos, e que não virão a ser exemplificadas por nada. A Perfeição Absoluta poderia ser um dos universais do género (a)-.

(b)- Propriedades que não são exemplificadas por nada em nenhuma situação ou mundo possível (em qualquer ocasião). A Quadratura do Círculo poderia ser um dos universais do género (b)

No mínimo, quer a propriedade de ser um pássaro Dodo quer a propriedade de ser uma pessoa com mais de 3m de altura poderiam ser incluídas nos universais pelo realismo platónico. Todavia, esta última seria excluída pela forma forte, temporal, de realismo aristotélico, embora pudesse ser incluída pela forma fraca, modal, da doutrina.

No máximo, quer a propriedade de ser um bípede sem penas não-humano, quer a propriedade de ser um mamífero com sangue frio, quer a propriedade de ser um quadrado redondo, quer mesmo a propriedade de ser um quadrado não-quadrado, poderiam ser incluídas nos universais pelo realismo platónico. Todavia, a segunda, a terceira e a quarta dessas propriedades seriam excluídas em qualquer uma das formas, temporal ou modal, de realismo aristotélico. A primeira daquelas propriedades seria apenas tolerada na versão modal/possibilista do realismo aristotélico, não na temporal. Naturalmente, toda a propriedade admissível como universal pelo realismo aristotélico é-o pelo realismo platónico (mas não conversamente).

Terminada a caracterização dos problemas 1 e 2 acerca da natureza dos universais, bem como das diversas versões de realismo metafísico que daí surgem, perguntemo-nos agora o seguinte. Haverá alguma conexão necessária entre os problemas 1 e 2, entre o problema da localização dos universais e o problema da exemplificação dos universais? Trata-se de questões independentes, ou seja, questões tais que não é possível extrair de uma resposta (positiva ou negativa) para uma delas uma resposta (positiva ou negativa) para a outra? Há alguma relação entre as doutrinas do realismo imanente e do realismo aristotélico? Há alguma relação entre as doutrinas do realismo transcendente e do realismo platónico? Será que da aceitação ou rejeição de uma dessas doutrinas se segue a aceitação ou rejeição da outra?

Consideremos o realismo imanente na sua versão mais forte, aquela que é motivada pelo naturalismo estrito. Recorde-se que a tese imanentista forte é a de que todos os universais estão localizados no espaço-tempo. Ora, não é difícil ver que o realismo aristotélico, a tese de que todos os universais são exemplificáveis, é uma consequência do realismo imanente tal como representado naquela tese.

O raciocínio do imanentismo forte como premissa para o aristotelismo como conclusão é delineável do seguinte modo. Qualquer que seja a interpretação, indirecta ou directa, que se adopte relativamente à ideia da localização dos universais no mundo físico, o seguinte é o caso. Uma condição necessária para qualquer universal existir no mundo físico é ter exemplos que sejam localizáveis no espaço-tempo. Supondo que o mundo físico mencionado na tese imanentista é o mundo actual, segue-se que qualquer universal tem de ser de facto exemplificado por pelo menos uma coisa (em pelo menos uma ocasião). Mas esta última exigência corresponde justamente à doutrina do realismo aristotélico na sua versão mais forte, a versão actualista ou temporal. O realismo

imaneente na sua vers3o mais forte tem assim como consequ4ncia o realismo aristot4lico em qualquer uma das vers3es deste.

Estas formas de realismo metaf3sico n3o s3o, por conseguinte, independentes uma da outra: quem quer que aceite o imanentismo (forte) tem de aceitar o aristotelismo (forte ou fraco). Pelo mesmo g4nero de considera33es, o realismo transcendente e o realismo plat3nico tamb4m n3o s3o doutrinas independentes uma da outra. 4 f3cil verificar, por contraposi33o, que o realismo transcendente, a doutrina de que os universais (pelo menos alguns) n3o existem no mundo f3sico, no espa3o-tempo, segue-se do realismo plat3nico, a doutrina de que h3 universais n3o exemplific3veis. Com efeito, se quem quer que aceite o realismo imanentista (forte) est3 obrigado nessa base a aceitar o realismo aristot4lico, ent3o quem quer que aceite o realismo plat3nico est3 obrigado nessa base a aceitar o realismo transcendente.

Observe-se, no entanto, que a vers3o fraca do realismo imaneente, a tese de que apenas alguns universais existem no mundo f3sico, 4 por si s3o insuficiente para estabelecer o realismo aristot4lico, a tese de que n3o h3 universais sem exemplos. O imanentismo fraco 4 consistente com a tese de que h3 universais n3o exemplific3veis. Com efeito, 4 poss3vel combinar coerentemente a adop33o de universais exemplific3veis, aqueles que est3o no mundo f3sico, com a adop33o de universais n3o exemplific3veis, aqueles (ou alguns daqueles) que n3o est3o no espa3o-tempo.

4 o realismo imaneente (forte ou fraco) por sua vez uma consequ4ncia do realismo aristot4lico (forte ou fraco)? Se sim, ent3o essas teorias seriam equivalentes, caso em que seriam (num certo sentido) a mesmateoria. Com quantas formas de realismo metaf3sico estamos aqui confrontados (dado o resultado anterior)? Com uma 4nica teoria realista, ou com duas?

A resposta 4 a de que se trata de duas formas distintas de realismo metaf3sico, j3 que o realismo aristot4lico (directo ou indirecto) n3o implica logicamente o realismo imaneente (forte ou fraco). Tal pode ser verificado mostrando que o realismo aristot4lico 4 consistente com o realismo transcendente, a doutrina de que os universais (pelo menos alguns) n3o est3o no mundo f3sico. De facto, a tese de que todo o universal tem exemplos (em pelo menos uma ocasi3o no mundo actual, ou ent3o em pelo menos um mundo poss3vel) pode ser coerentemente combinada com a tese de que alguns universais, ou mesmo todos os universais, s3o destitu3dos de qualquer localiza3o no espa3o-tempo, no mundo f3sico. Basta notar que aquela tese 4consistente com a tese de que os universais s3o entidades irredutivelmente abstractas. Podemos certamente exigir

que todos os universais tenham exemplos, e mesmo exemplos no mundo físico, mas simultaneamente concebê-los como estando todos localizados no 3º Reino de Frege ou no mundo das formas de Platão.

Realismo Contingente versus Realismo Necessário

Os realistas metafísicos dividem-se igualmente em dois grupos conforme a resposta que estão inclinados a dar à questão 3, ou seja, à seguinte questão sobre o modo de existir ou de ser dos universais:

São todos os universais existentes necessários? Ou há razões para admitir universais cuja existência é meramente contingente?

De um lado da disputa, temos os adeptos do Realismo Contingente, os quais defendem a seguinte tese:

(CONT) Alguns universais (possivelmente todos) são existentes contingentes, ou seja, coisas que ou não existem em todos os mundos possíveis ou não existem em todas as ocasiões (ou ambas as coisas).

Por outras palavras, a tese distintiva do realismo contingente é a seguinte: alguns universais são tais que há mundos ou ocasiões nos quais eles existem, em especial o mundo actual ou a ocasião presente, e mundos ou ocasiões nos quais eles não existem: mundos meramente possíveis ou situações passadas ou futuras.

Do outro lado da disputa, temos os adeptos do Realismo Necessário, os quais defendem a seguinte tese:

(NEC) Todos os universais são existentes necessários, coisas que existem em todos os mundos possíveis, e, em cada mundo, existem eternamente, ou seja, em todas as ocasiões

Por outras palavras, a tese distintiva do realismo necessário é a seguinte: não há de todo mundos ou ocasiões nos quais um dado universal exista e mundos ou ocasiões nos quais ele não exista. Se um universal existe numa ocasião, especialmente a ocasião presente, então existe para sempre, em todas as ocasiões; se um universal existe num mundo, especialmente o mundo actual, então existe em todos os mundos.

Observe-se que a doutrina do realismo contingente admite ainda as seguintes duas versões:

(a)- o realismo contingente forte, a tese de que todo o universal é um existente contingente;

(b)- o realismo contingente fraco, a tese de que apenas alguns universais existem contingentemente.

Todavia, a versão forte é implausível porque enquanto é possível encontrar, para certos géneros de universais, razões relativamente sólidas para a contingência da sua existência, tal é dificilmente o caso para todos os universais. Para além disso, uma consequência desastrosa da versão forte é a exclusão, do domínio dos universais, de propriedades de existentes necessários, como a propriedade de ser um número primo.

Por conseguinte, dado o carácter fortemente controverso da versão forte de realismo contingente, consideramos apenas a versão fraca.

Tal como formulada, a doutrina do realismo contingente (fraco) admite duas variantes adicionais, conforme tomemos como aspecto dominante da doutrina o tempo ou o modo.

Há uma versão temporal da doutrina, que consiste na tese de que há universais que, apesar de disponíveis numa dada ocasião (por exemplo a ocasião presente), não existem em todas as ocasiões (relativamente a um dado mundo, por exemplo o mundo actual).

E há uma versão modal da doutrina, que consiste na tese de que há universais que, apesar de disponíveis num dado mundo (por exemplo o mundo actual), não existem em todos os mundos possíveis.

Pelo menos alguns dos realistas aristotélicos, como Aristóteles e David Armstrong, defendem o realismo contingente, pelo menos na sua forma fraca. Caracteristicamente, os realistas platónicos, como Platão, defendem o realismo necessário.

Há pelo menos duas maneiras à primeira vista razoáveis através das quais uma propriedade universal poderia ser vista como contingente, quer do ponto de vista do tempo quer do ponto de vista do modo. Ambas as maneiras poderiam ser utilizadas para suportar a versão mais fraca de realismo contingente.

A primeira dessas maneiras consiste no seguinte. Em primeiro lugar, introduzir universais que são apenas contingentemente exemplificados: universais que têm exemplos no mundo actual, ou na presente ocasião, mas não os têm em alguns mundos possíveis, ou em algumas ocasiões, passadas ou futuras. Em segundo lugar, argumentar que tais universais existem apenas contingentemente.

O raciocínio aqui utilizado para estabelecer a conclusão de que alguns universais têm uma existência meramente contingente pode ser esquematicamente representado do seguinte modo.

Premissa 1: Um universal existe num mundo, respectivamente numa ocasião, somente se tem exemplos nesse mundo, respectivamente nessa ocasião.

Esta premissa, bem como a seguinte e a conclusão, pode ser por sua vez desdobrada em duas: uma versão modal, relativa a mundos, e uma versão temporal, relativa a ocasiões.

Premissa 2: Há universais que não tem exemplos em alguns mundos, respectivamente algumas ocasiões (apesar de terem exemplos num certo mundo, respectivamente numa certa ocasião).

Conclusão: Há mundos, respectivamente ocasiões, nos quais alguns universais não existem (apesar de existirem num certo mundo, respectivamente numa certa ocasião).

Do ponto de vista do modo, universais contingentes desse género seriam propriedades como a propriedade de ser uma lua de Júpiter e a propriedade de ser um mamífero voador: Júpiter poderia não ter tido quaisquer luas, poderia não ter havido mamíferos voadores. Há assim mundos nos quais essas propriedades existem (o mundo actual) e mundos nos quais elas não existem (em virtude de não terem exemplos nesses mundos).

Do ponto de vista do tempo, universais contingentes daquele género seriam propriedades como a propriedade de ser um computador e a propriedade de ser um lobo ibérico: em ocasiões passadas não havia computadores, em ocasiões futuras não haverá lobos ibéricos. Há assim tempos nos quais essas propriedades existem (o presente) e tempos (passados ou futuros) nos quais elas não existem (em virtude de não terem exemplos nesses tempos).

É fácil ver que a variante meramente temporal de realismo contingente que surge desta primeira maneira de gerar a existência contingente de universais, é uma doutrina implausível. Com efeito, a doutrina tem as seguintes consequências indesejáveis: universais como Dinossauro e Pássaro Dodo não existem, não estão disponíveis, agora; universais como Lobo Ibérico não existirão, não estarão disponíveis no futuro; universais como a raça canina Boxer não existiam, não estavam disponíveis no passado. Algumas dessas consequências, em especial as primeiras, tornam o realismo contingente temporal incompatível mesmo com o realismo aristotélico forte.

A implausibilidade do realismo contingente temporal deve-se à implausibilidade da versão puramente temporal da Premissa 1 do argumento, ou seja, a tese de que um universal existe numa ocasião só se é exemplificado por algo nessa ocasião.

Uma dificuldade adicional da tese de que alguns universais existem contingentemente do ponto de vista do tempo é a de que ela torna impossível uma explicação realista de alguns casos de mudança. Do ponto de vista realista, a mudança consiste por vezes no facto de um particular passar a exemplificar, numa dada ocasião, um universal que não exemplificava anteriormente. Um objecto físico ou particular material, por exemplo um asteróide, muda neste sentido ao passar, numa certa ocasião, a exemplificar um certo universal de massa, por exemplo a propriedade de pesar 10 toneladas, que não exemplificava previamente a essa ocasião. Ora, para explicações deste género serem satisfatórias, é preciso que o universal em questão esteja ele próprio previamente disponível, para que o particular o possa vir a exemplificar. Mas tal torna-se impossível se admitirmos que alguns desses universais não têm quaisquer exemplos em ocasiões prévias à da sua exemplificação pelos particulares que assim mudam: à luz da versão temporal da Premissa 1, tais universais não existem nessas ocasiões. Se a propriedade de pesar 10 toneladas não fosse exemplificada por nada em toda a ocasião anterior à ocasião na qual o asteróide a exemplifica, ela não existiria nessas ocasiões, caso em que não poderia haver lugar para qualquer sua exemplificação pelo asteróide.

Concluimos assim que o realismo contingente modal, o qual é obtido a partir da versão meramente modal da Premissa 1, é bem mais plausível e é a doutrina que vamos reter.

A versão meramente modal da Premissa 1 é a tese de que um universal existe num mundo, por exemplo o mundo actual, só se tem exemplos nesse mundo (em pelo menos uma ocasião). Ora, tal tese não é nada mais do que a tese característica do realismo aristotélico de inclinação actualista ou temporal descrito ao considerarmos o problema 2, o problema da exemplificação dos universais. Dada a Premissa 2 do argumento anterior, tomada na sua forma meramente modal, segue-se que há mundos nos quais alguns universais (que de facto existem) não existem. Por conseguinte, o realismo contingente modal surge como uma consequência do realismo aristotélico actualista. Contrapondo: o realismo platónico, a doutrina de que há universais não exemplificados, é uma consequência do realismo necessário, a doutrina de que os universais são existentes necessários.

Assim, o problema acerca da exemplificação dos universais não é assim independente do problema acerca do modo de ser e existir dos universais.

A segunda maneira admissível de gerar propriedades universais cuja existência é meramente contingente, agora no sentido modal do termo, é a seguinte. Em primeiro lugar, são introduzidas propriedades universais que são ontologicamente dependentes, quanto à sua existência, de particulares materiais. Em segundo lugar, argumenta-se que, em virtude desse facto, tais universais existem apenas contingentemente.

O raciocínio aqui utilizado para estabelecer a conclusão de que alguns universais têm uma existência meramente contingente deixa-se representar esquematicamente do seguinte modo:

Premissa 1: Qualquer universal ontologicamente dependente, quanto à sua existência, de um particular material, existe contingentemente.

Premissa 2: Há universais ontologicamente dependentes, quanto à sua existência, de particulares materiais.

Conclusão: Há universais que existem contingentemente.

A Premissa 1 é suportada pelas seguintes considerações. Se uma propriedade universal **U** depende ontologicamente, no sentido mencionado, de um particular material x , então o seguinte é o caso em todos os mundos possíveis: uma condição necessária para **U** existir num mundo é x existir nesse mundo. Mas se x é um particular material, então a existência de x é contingente: há mundos nos quais x não existe. Segue-se que **U** também não existe nesses mundos e logo que **U** existe apenas contingentemente (supomos que **U** existe no mundo actual).

A Premissa 2 é estabelecida através da introdução de exemplos de propriedades universais ontologicamente dependentes de particulares materiais. A relação de dependência ontológica entre uma dessas propriedades e um particular material seria análoga à que se estabelece entre certos particulares materiais compostos por partes e cada uma dessas partes. Por exemplo, um fato composto por um certo par de calças e por um certo casaco depende ontologicamente de cada uma das suas partes: se o casaco em questão não existisse, o fato também não existiria; se o par de calças em questão não existisse, o fato também não existiria (poderia haver ainda um fato, com outro par de calças ou com outro casaco, mas seria um fato diferente). A relação de dependência ontológica entre uma daquelas propriedades e um particular material seria igualmente análoga à que se estabelece entre objectos como conjuntos e cada um dos seus membros. A existência e a identidade de um conjunto (não vazio) é, à luz do axioma da

extensionalidade para conjuntos (conjuntos são idênticos se e só se têm os mesmos elementos), inteiramente determinada pela identidade e existência dos objectos que pertencem ao conjunto. Assim, um conjunto depende ontologicamente dos seus elementos: se um dos objectos que pertence a um dado conjunto não existisse, o conjunto em questão também não existiria. Ora, há conjuntos cujos elementos são objectos que existem apenas contingentemente, por exemplo conjuntos de particulares materiais como pessoas, barcos e folhas de papel. Segue-se que tais conjuntos existem também de modo contingente: o conjunto singular de Sócrates, por exemplo, não existe num mundo onde Sócrates não existe.

As propriedades universais ontologicamente dependentes de particulares materiais são-no em virtude de, tal como fatos e conjuntos, terem esses particulares materiais como elementos constituintes. Exemplos de propriedades desse género são dados em propriedades relacionais singulares como a propriedade de ser filho de Platão, a propriedade de admirar Teeteto, a propriedade de ser mais comprido do que esta mesa e a propriedade de ser mais pesado do que aquela barra de metal. A ideia é a de que tais propriedades estão ontologicamente dependentes dos particulares nelas envolvidos: Platão, Teeteto, a mesa e a barra. Os mundos nos quais estes particulares materiais não existem são mundos nos quais as propriedades universais em questão também não existem. A existência contingente dos particulares que figuram como constituintes dos universais é transmitida a estes últimos. Há mundos nas quais propriedades como a propriedade de ser mais pesado do que esta barra de metal existem (o mundo actual) e mundos nas quais elas não existem: aqueles mundos nos quais a barra de metal não existe.

Note-se que tais propriedades podem bem ter exemplos nesses mundos, pois pode haver coisas nesses mundos que sejam mais pesadas do que esta barra (rigidamente identificada), muito embora a barra não exista em tais mundos. Assim, esta segunda maneira de gerar universais contingentes não se deixa reduzir à primeira, aquela que faz depender a existência de universais da existência de pelo menos um exemplo.

Bibliografia

Achinstein, P. 1974

‘The Identity Conditions of Properties’, *American Philosophical Quarterly* 11 (1974), 257-275.

Allaire, E. 1976

‘Bare particulars’, in M. Loux (ed.), *Universals and Particulars*, 2nd edition, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1976.

Alston, William P. 1958

‘Ontological Commitments’, *Philosophical Studies* 9 (1958), 8-17. Reprinted in Laurence and MacDonald 1998.

Aristóteles 1941

Metaphysics, in R. McKeon (ed.), *The Basic Works of Aristotle*, New York, Random House, 1941.

Armstrong, D. 1978

Universals and Scientific Realism, Vol. I. Nominalism and Realism. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

Armstrong, D. 1983

What is a Law of Nature? Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

Armstrong, D. 1989

Universals. An Opinionated Introduction. Boulder, San Francisco, London, Westview Press, 1989.

Armstrong, D. 1997

A World of States of Affairs. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

Aaron, Richard 1967

A Theory of Universals. 2nd edition, Oxford, Clarendon Press, 1967.

Bacon, J. 1995

Universals and Property Instances: The Alphabet of Being. Oxford, Blackwell, 1995.

Bealer, G. 1982

Quality and Concept. Oxford, Clarendon Press, 1982.

Bealer, G. 1994

"Property Theory: The Type-free Approach vs. the Church Approach," *Journal of Philosophical Logic* 23 (1994), 139-171.

Bergmann, G. 1994

Realism. Madison, WI, University of Wisconsin Press, 1967.

Bigelow, J. and R. Pargetter 1989

"A Theory of Structural Universals," *Australasian Journal of Philosophy* 67 (1989), 1-11.

Bigelow, J. and R. Pargetter 1990

Science and Necessity. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

Bunnin, N. and E. P. Tsui-James 2003

The Blackwell Companion to Philosophy. Oxford, Blackwell, 1996. 2nd edition: 2003.

Butchvarov, P. 1966

Resemblance and Identity. Bloomington, University of Indiana Press, 1966.

Campbell, K. 1990

Abstract Particulars. Oxford, Blackwell, 1990.

Cherniss, H. F. 1936

"The Philosophical Economy of Plato's Theory of Ideas," *American Journal of Philology* 57 (1936), 445-456.

Chierchia, G. and R. Turner 1988

"Semantics and Property Theory," *Linguistics and Philosophy* 11 (1988), 261-302

Chisholm, R. 1989

On Metaphysics. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1989.

Cocchiarella, N. 1986

Logical Investigations of Predication Theory and the Problem of Universals. Napoli, Bibliopolis, 1986.

Daly, C. 1995

'Tropes'. Reimpresso em D.H. Mellor and A. Oliver 1997, 140-159.

Devitt, M. 1995

'Ostrich Nominalism' or 'Mirage Realism'?. Reimpresso em D.H. Mellor and A. Oliver 1997, 93-100.

Fales, E. 1990

Causation and Universals. New York, Routledge, 1990.

Frege, G. 1952b

Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege, edited by Peter Geach and Max Black, Oxford, Basil Blackwell, 1952.

Grossmann, R. 1983

The Categorical Structure of the World. Bloomington, University of Indiana Press, 1983.

Heller, M. 1990

The Ontology of Physical Objects. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

Hochberg, H. 1968

‘Nominalism, Platonism, and Being True of’, *Noûs* 2 (1968), 413-419.

Jackson, F. 1977

‘Statements about Universals’, *Mind* 86 (1977), 427-9. Reimpresso em D.H. Mellor and A. Oliver 1997, 89-92.

Kim, J. and E. Sosa (eds.) 1999a

A Companion to Metaphysics. Oxford, Blackwell, 1999.

Kim, J. and E. Sosa (eds.) 1999b

Metaphysics. An Anthology. Oxford, Blackwell, 1999.

Kripke, S. 1980

Naming and Necessity. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1980.

Laurence, S. and C. Macdonald 1998

(eds.) *Contemporary Readings in the Foundations of Metaphysics*. Oxford, Blackwell, 1998.

Leeds, S. 1978

"Quine on Properties and Meanings," *Southwestern Journal of Philosophy* 9 (1978), 97-108.

Lewis, D. 1983

‘Extrinsic Properties’, *Philosophical Studies* 44 (1983), 197-200.

Lewis, D. 1983

‘New Work for a Theory of Universals’, *Australasian Journal of Philosophy* 61.4 (1983), 343-77. Reimpresso em J. Kim and E. Sosa 1999b.

Lewis, D. 1986

On the Plurality of Worlds. Oxford, Oxford University Press, 1986.

Lewis, D. 1999

Papers in Metaphysics and Epistemology. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Linsky, L. 1971

(ed.) *Reference and Modality*. Oxford, Oxford University Press, 1971

Linsky, B. and E. Zalta 1995

‘Naturalized Platonism vs. Platonized Naturalism’, *Journal of Philosophy* 92 (1995), 525-555.

Loux, M. 1976

Universals and Particulars. 2nd edition, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1976.

Loux, M. 1978

Substance and Attribute. Dordrecht, Reidel, 1978.

Loux, M. 1979

The Possible and the Actual. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1979.

Loux, M. 1998

Metaphysics. A Contemporary Introduction. London, Routledge and Kegan Paul, 1998.

Lowe, E. J. 1989

Kinds of Being. A Study of Individuation, Identity and the Logic of Sortal Terms. Oxford, Blackwell, 1989.

Lowe, E. J. 1998

The Possibility of Metaphysics. Substance, Identity and Time. Oxford, Clarendon Press, 1998.

Lowe, E. J. 2002

A Survey of Metaphysics. Oxford, Oxford University Press, 2002.

McGinn, C. 2000

Logical Properties: Identity, Existence, Predication, Necessity, Truth. Oxford, Clarendon Press, 2000.

McKeon, R. 1941

The Basic Works of Aristotle. New York, Random House, 1941.

Marcus, R. B. 1994

Modalities. Philosophical Essays. Oxford, Oxford, University Press, 1994.

Mellor, D. H. 1991

Matters of Metaphysics. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

Mellor, D. H. 1997

‘Properties and Predicates’. Reimpresso em D.H. Mellor and A. Oliver (eds),
Properties, Oxford, Oxford University Press, 255-57.

Mellor, D. H. and A. Oliver 1997

(eds) *Properties*. Oxford, Oxford University Press, 1997.

Montague, R. 1974

Formal Philosophy: Selected Papers of Richard Montague. New Haven, Yale
University Press, 1974.

Moore, G. E. 1953

Some Main Problems in Philosophy. New York, MacMillan, 1953.

O’Leary-Hawthorne, J. 1995

‘The bundle theory of substance and the identity of indiscernibles’, *Analysis*
(1995).

Oliver, A. 1996

‘The Metaphysics of Properties’, *Mind*, 105 (1996), 1-80.

Pears, D. 1951

‘Universal’, *Philosophical Quarterly* (1951). Reimpresso em M. Loux (ed),
Universals and Particulars, 2nd edition, Notre Dame, University of Notre Dame
Press, 1976.

Plantinga, A. 1974

The Nature of Necessity, Oxford, Clarendon Press, 1974.

Platão 1961a

Parménides, in E. Hamilton and H. Cairns (eds), *Plato: The Collected Works*, New York, Phanteon Books, 1961.

Platão 1961b

Républica, in E. Hamilton and H. Cairns (eds), *Plato: The Collected Works*, New York, Phanteon Books, 1961.

Quine, W.V.O. 1980

‘On What There Is’, in *From a Logical Point of View*, 4th edition, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1980, 1-19. Tradução portuguesa de J. Branquinho em *Existência e Linguagem*, Lisboa, Presença, 1990.

Quine, W.V.O. 1969a

‘Ontological Relativity’, in *Ontological Relativity and Other Essays*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1969, 26-68.

Quinton, A. 1973

The Nature of Things. London, Routledge & Kegan Paul, 1973.

Ramsey, F.P. 1997

‘Universals’. Reimpresso em D.H. Mellor and A. Oliver 1997, 57-73.

Russell, B. 1916

The Problems of Philosophy, London, Routledge,

Russell, B. 1966

‘The Philosophy of Logical Atomism’, in R.C. Marsh (ed), *Logic and Knowledge*, London, Routledge and Kegan Paul, 1966.

Salmon, N. 1982

Reference and Essence. Oxford, Basil Blackwell, 1982.

Schwartz, S. 1979

(ed.) *Naming, Necessity and Natural Kinds*. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1979.

Sellars, W. 1963

‘Abstract Entities’, *Review of Metaphysics* (1963). Reimpresso em M. Loux (ed), *Universals and Particulars*, 2nd edition, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1976.

Shoemaker, S. 1980

‘Causality and Properties’, in Peter van Inwagen (ed.), *Time and Cause*, Dordrecht, Reidel, 1980.

Sider 2001

Four Dimensionalism. An Ontology of Persistence and Time. Oxford, Clarendon Press, 2001.

Simons, P. 1994

‘Particulars in particular clothing: three trope theories of substance’, *Philosophy and Phenomenological Research* (1994).

Sober, E. 1982

"Why Logically Equivalent Predicates may Pick out Different Properties", *American Philosophical Quarterly* 19 (1982), 183-189.

Stalnaker, R. 1988

Inquiry. Cambridge, MA, MIT Press, 1988.

Strawson, P.F. 1959

Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics. London, Methuen, 1959.

Swoyer, C. 1996

‘Theories of Properties: From Plenitude to Paucity’, *Philosophical Perspectives* 10 (1996), 243-264.

Van Inwagen, P. 1993

Metaphysics. Boulder and San Francisco, Westview Press, 1993.

Van Inwagen, P. 1998

‘The Nature of Metaphysics’ in Laurence and Macdonald 1998, 11-21.

Van Inwagen, P. 2001

Ontology, Identity, and Modality. Essays in Metaphysics. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

Wiggins, D. 1980

Sameness and Substance. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1980.

Williams, D.C. 1953

‘The Elements of Being I’, *Review of Metaphysics* (1953).

Williamson, T. 1987

‘Equivocation and Existence’, *Proceedings of the Aristotelian Society* 88 (1987-8), 109-27.

Williamson, T. 1990b

‘Necessary Identity and Necessary Existence’, in R. Haller and J. Brandl (eds), *Wittgenstein: Towards a Re-evaluation. Proceedings of the 14th International Wittgenstein Symposium*, Vienna, Holder-Pichler-Tempsky, 1990, Vol I, 168-75.

Williamson, T. 1996

‘The Necessity and determinacy of distinctness’, in S. Lovibond and S. Williams (eds), *Essays for David Wiggins: Identity, Truth and Value*, Oxford, Blackwell, 1996, 1-17.

Wolterstorff, N. 1973

On Universals. Chicago, University of Chicago Press, 1973.